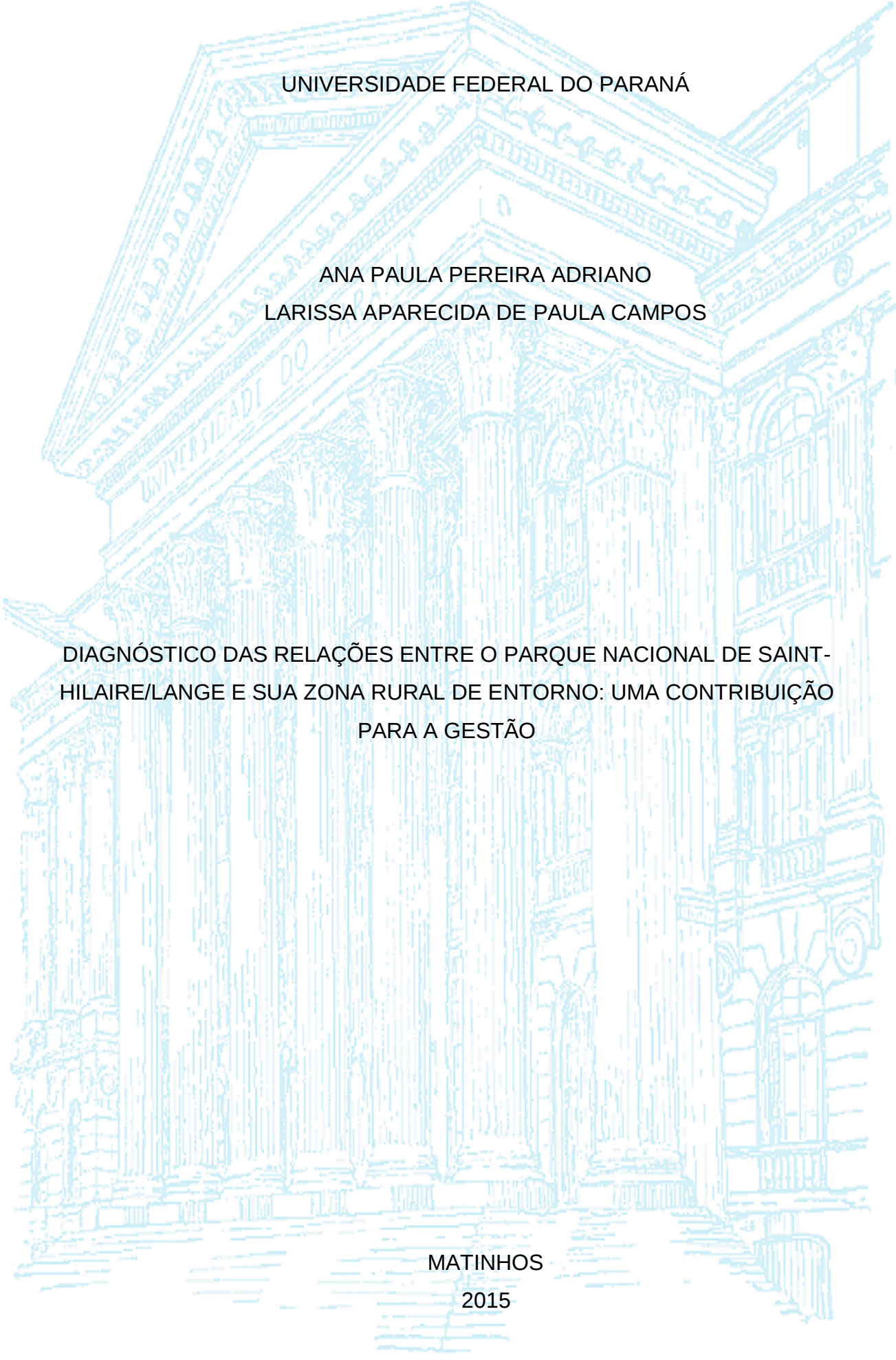




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA PEREIRA ADRIANO
LARISSA APARECIDA DE PAULA CAMPOS

DIAGNÓSTICO DAS RELAÇÕES ENTRE O PARQUE NACIONAL DE SAINT-
HILAIRE/LANGE E SUA ZONA RURAL DE ENTORNO: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A GESTÃO

MATINHOS
2015

ANA PAULA PEREIRA ADRIANO
LARISSA APARECIDA DE PAULA CAMPOS

DIAGNÓSTICO DAS RELAÇÕES ENTRE O PARQUE NACIONAL DE SAINT-
HILAIRE/LANGE E SUA ZONA RURAL DE ENTORNO: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA A GESTÃO

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental no
curso de graduação em Bacharelado em Gestão
Ambiental, Setor Litoral da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Juliana Quadros.

MATINHOS
2015

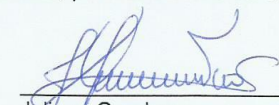


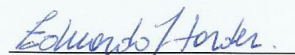
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral
Câmara de Gestão Ambiental

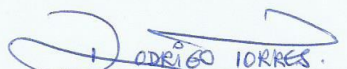


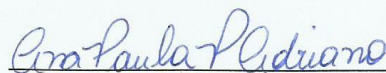
ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

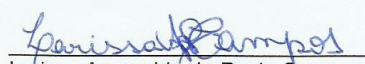
Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sala 24-A do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca avaliadora composta por Eduardo Harder e Rodrigo Filipak Torres, sob a presidência da Orientadora do trabalho, Profa. Juliana Quadros, para a avaliação do trabalho de conclusão de curso das estudantes do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental **ANA PAULA PEREIRA ADRIANO** e **LARISSA APARECIDA DE PAULA CAMPOS** intitulado "*Diagnóstico das relações entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua zona rural de entorno: Uma contribuição para a gestão*". Após a apresentação do trabalho realizado pelas estudantes a banca examinadora reuniu-se e decidiu pelo conceito final APL. As estudantes deverão efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final do trabalho em formato impresso e digital via CD-ROM, no prazo máximo de 30 dias a contar desta data, para assessoria da câmara do curso de Gestão Ambiental.


Juliana Quadros
Professora Orientadora


Eduardo Harder
Membro da banca avaliadora


Rodrigo Filipak Torres
Membro da banca avaliadora


Ana Paula Pereira Adriano
Estudante


Larissa Aparecida de Paula Campos
Estudante

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer à família e amigos que estiveram ao nosso lado nesta empreitada chamada Universidade e como não agradecer todos aqueles que passaram por nós até chegar o dia da conclusão do curso Bacharelado em Gestão Ambiental, foram vários momentos bons, e claro tivemos momentos de dificuldades mas sempre foram superados. Agradecemos ao Sidney Vicent Vikou, um amigo que trouxe grandes ensinamentos e nos auxiliou nesta pesquisa.

Agradecemos aos nossos mestres que nos ensinaram os caminhos das pedras para percorrermos, houveram os mais próximos que foram além da vivência “professor – aluno”, foram inclusive exemplos de vida, do que um dia almejamos ser, em especial a Professora Juliana Quadros a qual nos orientou e apoiou nesta tarefa faltando poucos meses para encerramento do curso. Agradecemos os professores que nos inspiraram como Liliani Marília Tiepolo, Eduardo Harder, Luís Fernando de Carli Lautert, Afonso Takao Murata, Rosilene Komarcheski e Mayra Taiza Sulzbach, os quais nos enriqueceram com cada ensinamento ministrado.

Agradecemos também aos Colonos, moradores da região que aceitaram fazer parte da pesquisa e receber-nos em suas casas, sem os quais não teríamos concretizado este intento de estudo. Ressaltamos a equipe gestora do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange que no apoiou e estava disposta a dialogar e à Motirõ Sociedade Cooperativa pelas informações e apoio prestado.

A trama do meio ambiente é a trama da própria vida, ali onde se encontram natureza e cultura. O meio ambiente é o cadinho em que se forjam nossa identidade, nossas relações com os outros, nosso 'ser - no - mundo'.

LUCIE SAUVÉ

RESUMO

As áreas naturais protegidas foram originadas com o intuito de promover a proteção dos locais de relevante beleza cênica. Com o passar dos tempos, as atenções se voltaram para a conservação da biodiversidade frente à degradação ambiental provocada pelas atividades antrópicas. Nesse âmbito, as Unidades de Conservação (UC) realizam o papel de conservar e proteger o ambiente para as gerações atuais e futuras. Assim, houve a necessidade de desenvolver um diagnóstico com base na análise das relações entre o Parque Nacional de Saint- Hilaire / Lange (PNSHL), localizado no litoral do Estado do Paraná, e sua zona de entorno (ZE), situada na face leste, trabalhando com os residentes das Colônias rurais e conselheiros representantes das mesmas no Conselho Consultivo do PNSHL. Objetivou-se compreender tanto o nível de consciência ecológica que os atores sociais detêm sobre meio ambiente quanto quais as perspectivas sobre a criação/gestão da UC. Os procedimentos adotados consistiram na aplicação de entrevistas por meio de questionários semi-estruturados, divididos em “dados gerais”, “concepção”, e “relação” e para a tabulação destes se utilizou a metodologia da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Concluiu-se que a concepção predominante em torno do Parque Nacional é estritamente ambiental, sendo feitas poucas referências aos benefícios que este proporciona para a sociedade como um todo. Verificou-se que tanto os gestores do Parque como os residentes em seu entorno demonstraram interesse em fornecer e obter esclarecimentos no que tange a unidade e as limitações incumbidas àquela área. Portanto, visualizamos um espaço propício para que ações de educação ambiental e gestão participativa sejam aplicadas, atuando sob a perspectiva da conservação ambiental, participação social, esta considerada instrumento de desenvolvimento regional da zona de entorno da unidade, e uso racional dos recursos naturais.

Palavras-Chave: Teoria da representação social. Territorialidade. Gestão de Unidades de Conservação. Educação ambiental. Gestão participativa. Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange.

ABSTRACT

The natural protected areas were created with the purpose to promote the defense of high beauty natural areas. After a while, the whole attention was transferred to the preservation of biodiversity due to the impacts by human activities. In this context, Conservation's unit has the intention to conserve and protect the environment for actual and future's generations. Thus, there was the need to develop a search about analysis of relations between the Nacional Park Saint Hilaire/Lange, located in the coast of Parana's state, and living people in its countryside at the east side, working on the representatives of the countryside community. The target was the comprehension about the knowledge of environment, furthermore to know the perspectives about the Park's creation. The adopted procedure were the application of interviews with semi-structured questionnaires divided in "general informations", "conception" and "relations" including for the results analysis the Laurence Bardin's methodology about Analysis of Content (2011). The conclusion achieved was that conception about the conservation's unit treat specifically on natural and biology components and were made little references about the social benefits originated by it. It has been seen that the managers of the Nacional Park and the interviewees have a common point when demonstrated interest in give and receive informations about the area and the limitations of ground use. Therefore, is noticed a favorable field for environmental actions and co-management administration along of recognition social participation as a regional development instrument for appropriate natural resources use.

Keywords: Social Representation Theory. Territoriality. Conservation Unit Administration. Environmental education. Co-management Administration. Nacional Park Saint Hilaire/Lange.

RESUMEN

Las áreas naturales protegidas se originaron con el objetivo de promover los sitios pertinentes para la protección de la belleza escénica. Con el paso del tiempo, la atención se ha vuelto para la conservación de la biodiversidad frente de la degradación ambiental causada por las actividades humanas. En este contexto, las Unidades de Conservación realizan la función de preservar y proteger el medio ambiente para las generaciones presentes y futuras. Por lo tanto, hubo la necesidad de desarrollar un diagnóstico basado en el análisis de las relaciones entre el Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (PNSHL), ubicado en la Costa del Paraná y sus alrededores, situado en el lado este, trabajando con los residentes de las Colonias rurales y los consejeros representantes de la misma en el Consejo Consultivo. Lo objetivo era la comprensión tanto el nivel de conciencia ecológica que los actores sociales detienen del medio ambiente además de señalar cuáles son las perspectivas de los residentes acerca de la creación de la Unidad de Conservación. Los procedimientos adoptados consistían en la aplicación de entrevistas con formularios semiestructurados, divididos en “datos generales”, “concepción” y “relación”, y para la tabulación de estos como las dos últimas secciones, se utilizó la metodología de Análisis de Contenido de Laurence Bardin (2011). Se concluyó que la concepción predominante alrededor del PNSHL es estrictamente ambiental, con algunas referencias a los beneficios que proporciona para toda la sociedad. Se verificó en este trabajo que tanto los gestores del Parque como los residentes en los alrededores demostraron interés en proporcionar y obtener aclaraciones acerca de la Unidad y las limitaciones que tiene en esa zona. Por lo tanto, visualizamos un espacio propicio para que la educación ambiental y la gestión participativa sean aplicadas, actuando desde la perspectiva de la preservación ambiental mediante el reconocimiento de la participación social como una herramienta de desarrollo regional para el uso racional de los recursos naturales.

Palabras-Clave: Teoría de la representación social. Territorialidad. Gestión de Áreas Protegidas. La educación ambiental. La gestión participativa. Parque Nacional Saint Hilaire/Lange.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I – RESGATE HISTÓRICO DAS COLÔNIAS DO ENTORNO DA RODOVIA ALEXANDRA – MATINHOS (PR 508), LITORAL DO PARANÁ	11
1.1 A Colonização	12
1.2 Mudanças estruturais e ambientais	16
CAPÍTULO 2 - DESCORTINANDO O REFERÊNCIAL TEÓRICO	19
2.1. Criação das unidades de conservação (UC) e a política ambiental brasileira de UC ...	19
2.2. Teoria da representação social aplicada aos conceitos de Território, Territorialidade e Identidade.....	25
CAPÍTULO 3 - DIAGNÓSTICO DAS RELAÇÕES ENTRE O PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE E SUA ZONA RURAL DE ENTORNO	30
3.1. Introdução	30
3.2. Material e Métodos	31
3.2.1. Caracterização do local de estudo.....	31
3.2.1.1. O Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.....	31
3.2.1.2. Objetos de estudo.	33
3.2.2. Procedimentos	35
3.3. Resultados	37
3.3.1. Dados gerais.	37
3.3.2. Concepção Grupo Colonos e Grupo Conselheiros	39
3.3.3. Relação Grupo Colonos e Grupo Conselheiros	43
3.3.4. Mapa das Relações entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua ZE.	48
4. Discussão.....	50
CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
Capítulo 1	62
Capítulo 2	62

Capítulo 3	65
ANEXOS	70
Anexo 1 - Termo de consentimento	67
Anexo 2 - Questionário aplicado aos Conselheiros	68
Anexo 3 - Questionário aplicado às Colônias	69
Anexo 4 – Memorial do Projeto de Aprendizagem, das Interações Culturais e Humanísticas e Vivência Profissional em Gestão Ambiental Ana Paula Pereira Adriano	70
4.1 Memorial dos Projetos de Aprendizagem (PA)	70
4.2 Memorial das Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	71
4.3 Relatório da Vivência Profissional	72
Anexo 5 – Memorial do Projeto de Aprendizagem, das Interações Culturais e Humanísticas e da Vivência Profissional em Gestão Ambiental Larissa Aparecida de Paula Campos	73
5.1 Memorial dos Projetos de Aprendizagem (PA)	73
5.2 Memorial das Interações Culturais e Humanísticas (ICH)	74
5.3 Relatório das Vivências Profissionais	76

APRESENTAÇÃO

O ponto de partida deste Trabalho de Conclusão de Curso se deu no ensejo das pesquisadoras de conhecer a realidade para agir. A ideia emerge quando se passa a observar o entorno do qual se faz parte, tendo na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, sempre a busca pela interligação da relação para com a comunidade por meio dos projetos de extensão e o curso de bacharelado em Gestão Ambiental, o qual é inter e multidisciplinar na concepção de trabalhar com as frentes ambientais, sociais, econômicas, culturais, entre outras. Ambos trouxeram o arcabouço necessário para no âmbito do módulo de Manejo de Áreas Naturais Protegidas no sétimo período do curso, e anterior estudo realizado sobre o resgate histórico das Colônias presentes na Rodovia PR 508, surgisse o interesse de imersão nos problemas ambientais da localidade.

Neste sentido, o trabalho dividiu-se em capítulos 1, 2 e 3 com a finalidade de abarcar todos os temas pertinentes à compreensão das concepções e relações na análise em questão entre as Colônias e o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. No capítulo 1 abarca-se o histórico de ocupação e colonização dos territórios presentes na região estudada, as quais são as Colônias no entorno da Rodovia Alexandra - Matinhos (PR 508). Este capítulo explana sobre os acontecimentos históricos que transformaram o espaço, o território destas localidades, bem como as mudanças estruturais, socioculturais, econômicas, e ambientais.

No âmbito do capítulo 2 descortina-se o referencial teórico a partir da criação das unidades de conservação e a política ambiental brasileira, abrangendo o histórico de como essas áreas foram criadas interligando as políticas ambientais a cerca do tema. Tem-se outro ponto relevante no arcabouço da teoria das representações sociais aplicadas aos conceitos de território, territorialidade, identidade e pertencimento, os quais vêm à luz para a compreensão do capítulo 3.

O capítulo 3 adentra no diagnóstico das relações entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua zona rural de entorno. Este capítulo se dividiu em caracterização da região, procedimentos utilizados na análise das relações e das concepções dos residentes localizados na zona do entorno, bem como os resultados alcançados para englobar as contribuições para a gestão do parque com base no aporte da educação ambiental e da gestão participativa.

CAPÍTULO 1 - RESGATE HISTÓRICO DAS COLÔNIAS DO ENTORNO DA RODOVIA ALEXANDRA – MATINHOS (PR 508), LITORAL DO PARANÁ

Segundo Marcos Witt (2013, p. 41) o termo “*Colônia*”, com inicial maiúscula, corresponde ao empreendimento agrícola onde colonos foram assentados, o qual foi, com o tempo, elevado à categoria de vila e, posteriormente, de cidade. Quando redigido com inicial em minúscula, “*colônia*” tem o seu significado vinculado à propriedade territorial recebida pelo imigrante, em cujo local vai morar, trabalhar e retirar sua subsistência. Desta forma, uma Colônia é constituída de colônias. Esse conceito permite iniciar a análise das colônias que constituíram as Colônias ao longo da Rodovia PR-508, porém que não se elevaram a categoria de vila ou cidade e não se caracterizam nos cenários constitucionalizados do sistema capitalista, seja pelas características culturais e econômicas, seja pelos limites institucionais do Estado nacional.

Por meio do resgate do histórico de colonização e ocupação do território situado atualmente ao longo da rodovia PR 508 e do resgate da história da própria estrada, demonstra-se que estes se colocam como limites ao desenvolvimento do próprio local. Desenvolvimento definido pelos indicadores sócios-econômicos da economia neoclássica. Segundo Santos (2007), a descrição, o conhecimento das crises de produção alimentar, de abastecimento e de conflitos de terras ocorridos ao longo do tempo auxilia a compreensão das tensões, dos conflitos e a própria estrutura das Colônias atualmente.

Existem oito Colônias ao longo da PR-508, por ordem de localização, sentido Matinhos – Alexandra, são elas: Cambará, Pereira, Maria Luiza, São Luiz, Quintilha, Santa Cruz, Morro Inglês e Alexandra. A contextualização histórica deste recorte geográfico é acompanhada de uma relação histórica de ocupação territorial do Brasil, do Paraná e do Litoral do Paraná. A realização deste levantamento histórico cultural das Colônias deve permitir a compreensão do atual estágio de desenvolvimento local.

1.1. A COLONIZAÇÃO

Compreende o processo de “fatiamento” de territórios agrários e consequente apropriação privada no Brasil de meados do século XIX até metade do século XX. Aproximadamente 100 anos de processos sociais, econômicos, políticos e étnicos deram o tom da mercantilização do recurso natural chamado terra no Brasil (TEDESCO; NEUMANN, 2013).

Em meados do século XIX o governo imperial brasileiro incentivou o estabelecimento de Colônias no território brasileiro, entendendo-se naquele momento que colonizar era uma necessidade no Brasil Imperial. Nas décadas de 1840 e 1860, período no qual ocorrem mudanças no Império, ao fim das revoltas do período regencial, afloravam-se ideias e propostas para a modernização do País. A modernidade viria com a imigração europeia, através da denominada colonização. A partir do ano de 1847 registram-se duas políticas de colonização: a política do governo imperial, criando núcleos coloniais de pequenos proprietários; e a política dos fazendeiros produtores de café, os quais queriam trazer imigrantes para trabalhar nas grandes lavouras (TEDESCO; NEUMANN, 2013, p.12). O Estado deveria ser o principal promotor da vinda dos colonos, especialmente para as províncias do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, nas quais os recursos eram escassos (KLUG, 2013, p. 19).

A imigração dos europeus para o Brasil demonstrou a necessidade da criação de um segmento rural baseado na pequena propriedade. Esta colonização se dava num período em que a Europa encontrava-se num momento de unificação dos estados italiano e alemão, momento em que a homogeneidade, em aspectos como o cultural e linguístico configuram-se como primeiras condições para o estabelecimento de nações modernas (TEDESCO; NEUMANN, 2013, p. 27).

No século XIX, a terra passou a fazer parte da economia comercial, transformando a relação da propriedade. A terra transforma-se em mercadoria, não seria mais somente um símbolo de *status* social. Para o governo imperial as colônias de propriedades de estrangeiros, garantiriam autonomia e trabalho em terra própria e não a migração apenas como funcionários de grandes fazendas (LIMA, 2013, p.30). A pequena propriedade possibilitaria atender a produção das principais mercadorias de exportação e de giro interno, como o café e o açúcar (LIMA, 2013).

Em meados do século XIX a província do Paraná também visava introduzir a modernização e o desenvolvimento. Para tanto, as medidas essenciais se constituíram na formação de uma estrutura agroalimentar o qual nortearia o sistema produtivo. Cabe ressaltar que o objetivo primordial das administrações provinciais em busca do desenvolvimento e da modernidade implicava no aumento da mão de obra livre, inclusive com a vinda dos imigrantes e, conseqüentemente, no aumento da população e maior demanda de alimentos (SANTOS, 2007).

A produção de alimentos do final do século XVIII no litoral do Paraná baseava-se na farinha de mandioca, arroz, feijão e milho, além dos pescados. O padrão específico de economia de subsistência nas pequenas vilas do litoral se manteve isolado e fechado, guardando seu ritmo lento de produção (SANTOS, 2007).

Na segunda metade do século XIX, a partir da Lei de Terras de 1850, o governo imperial elaborou um planejamento em conjunto com os governos provinciais na busca pela criação de colônias agrícolas dedicadas exclusivamente à agricultura de subsistência. Nesta conjuntura, a escolha do governo provincial paranaense, ligado aos ditames do capital comercial pelo universo do mate, impediu a circulação de novas formas de produção agrícola que seriam importantes para a diversificação da economia da província (SANTOS, 2007). Anteriormente à Lei de Terras, a propriedade fundiária pública não detinha um regulamento. Existiam terras que nunca tinham sido doadas, terras ocupadas por posseiros, terras absolutas e propriedades particulares originárias das antigas sesmarias.

Durante a presidência da província do Paraná por Adolfo Laménha Lins (1875-1877) estabeleceram-se, até o ano de 1876, doze Colônias ao redor de Curitiba, onde se fixaram 4.000 colonos em 509 lotes de oito hectares cada. Dentro do plano de colonização agrícola foram construídos 103 quilômetros de estradas de rodagem, gerais e vicinais, com a finalidade de unir as Colônias a Curitiba. A malha viária, para o presidente da província, era o *“principal elemento para o desenvolvimento das nossas fontes de riquezas”* (LAMENHA LINS apud SANTOS, 2007). A decisão tomada pelo governo provincial visava suprir os centros urbanos, através da agricultura de pequena escala, garantindo o abastecimento. As Colônias, para atender a demanda, produziam: milho, arroz, feijão, mandioca e outros produtos, sendo elas formadas por alemães, poloneses, suíços, franceses, suecos e outros (SANTOS, 2007, p.75).

As Colônias de Superagui, Assungui, Ivaí, Alexandra, Eufrasina, Pereira e Colônia Militar do Jataí e dos Aldeamentos de São Pedro de Alcântara, de São Jerônimo e de Paranapanema foram implantadas no início do movimento colonizador por parte dos imigrantes, sendo algumas destas, implantadas por empresas privadas Colonizadoras e outras pelos sistemas públicos. Os problemas mais comuns nas Colônias eram terras pouco férteis para a produção de alimentos com terrenos acidentados, Colônias localizadas fora das rotas de ligação com Curitiba e Litoral e despesas com o transporte da produção de mercadorias elevadas (SANTOS, 2007, p. 98).

O estabelecimento das Colônias se dava pela divisão das terras em colônias destinadas para a produção camponesa. Caracterizavam-se pela ocupação, tendo a família como uma unidade de produção, em sua maioria de subsistência, para o autoconsumo, cuja produção excedente destinava-se ao mercado interno. No momento de implantação da propriedade não havia a posse da terra, havendo a obrigação da produção de excedente para o abastecimento. Segundo a Lei de Terras (1850) o camponês se tornava proprietário apenas após três anos de trabalho no lote (ou na colônia) (SANTOS, 2007, p. 95-96).

A primeira fase da colonização na Província do Paraná, segundo Santos (2007, p. 118), assegurou a preservação da integridade territorial e comunitária com a exportação da produção agroalimentar, gerando novas rotas de abastecimento e formando o mercado interno. Na segunda fase, a da gestão do Presidente Lamenza Lins, a colonização se deu nos arredores de Curitiba, com o estabelecimento de núcleos agrícolas com base na mão de obra do camponês imigrante, auxiliando e formando um cinturão “verde” em torno da Capital.

A Colônia Pereira foi fundada em 1875, no Município de Paranaguá, pela empresa Colonizadora Pereira que também fundou a Colônia Eufrasina em outro Município. A Colônia Pereira possuía sessenta lotes, compreendendo dezoito quilômetros de terras devolutas, concedidos pelo governo imperial. Os camponeses que se estabeleceram naquela Colônia eram principalmente de origem italiana. A produção camponesa, naquela área, consistia no cultivo do café, da cana de açúcar, da mandioca, do arroz, do milho, da araruta, do fumo e da vinha, com excedentes comercializados nos mercados da própria região, especialmente o café e o milho (SANTOS, 2007). Segundo Santos (2007, p. 112), a população da Colônia Pereira

dividia-se em Italianos (110), hispano-bascos (4), suíço (1), austríacos (3) e brasileiros (3), totalizando em 121 imigrantes presentes na mesma.

A Colônia Alexandra (Alessandra) foi fundada em 1875, sendo ela de propriedade particular que contratou o Governo Imperial para o estabelecimento dos camponeses italianos. Subdividia-se em quatro seções: a sede com 30 habitantes, São Luiz com 125, Piedade com 69 e Toral com 38, num total de 262 imigrantes. A sede ficava na junção dos rios Toral e Ribeirão, distante quatorze quilômetros de Paranaguá (SANTOS, 2007, p.113).

Os italianos que fundaram Alexandra eram provenientes das localidades de Abruzzo, Basilicata, Ponte Recanate, Matova e Terrano na Itália e foram trazidos pela empresa Colonizadora de Sabino Tripodi, com base no acordo de imigração assinado com o governo imperial, que estabelecia para a região rural de Paranaguá 200 famílias. No projeto do assentamento dos colonos foram demarcados 610 lotes com 12 núcleos. Com a fundação da Colônia, segundo Shimidlin (2012), acelerou-se a ocupação territorial na localidade, em direção a Serra da Prata, nos seguintes núcleos: Morro Inglês (Barão de Taunay), Toral, São Luiz e Piedade.

A produção agrícola básica das colônias de Alexandra era o café, a mandioca e os legumes, que os camponeses vendiam em Paranaguá. As estradas que cortavam a Colônia, segundo Santos (2007), estavam em boas condições, e o escoamento do excedente agrícola fazia-se através da Sede. Havia na época a expectativa que a estrada de Ferro de Paranaguá - Curitiba passasse pela Colônia Alexandra estabelecendo ali uma estação, o que ocorreu no ano 1885. Atualmente essa estação está desativada (SANTOS, 2007).

Após a implementação da Colônia, esta detinha e oferecia a oportunidade de trabalho industrial aliado à atividade agrícola, por possuir moinho de milho, engenho de moer cana, sacador de arroz, maquinário para o preparo da farinha de mandioca, máquina a vapor para a serraria, fábrica de cerveja e destilação e duas olarias voltadas às atividades comerciais de Paranaguá (SANTOS, 2007, p. 114-115).

As Colônias Pereira e Alexandra, que posteriormente se desmembraram em outras Colônias (Santa Cruz, Morro Inglês, Quintilha, Toral e São Luiz), foram aqui destacadas por serem objetos do estudo.

1.2. MUDANÇAS ESTRUTURAIS E AMBIENTAIS

Historicamente a paisagem é transformada pelas ações humanas, a partir da organização social, do grau de cultura e do aparato tecnológico, que geram a integração do homem com o meio natural. A paisagem abarca três dimensões: natural, social e histórica (PASSOS, s.d.). A abordagem histórica da ocupação do litoral do Paraná permitiu observar na perspectiva temporal, a ação do homem sobre o meio, através das circunstâncias que promoveram essas intervenções.

No final do século XIX, na planície costeira do Paraná, margeada pela Serra da Prata, surgiram as Colônias formadas principalmente por imigrantes italianos, alemães e poloneses. Esses núcleos de povoadamentos constituíam a força de trabalho agrícola local, homens detentores de culturas e instrumentos tecnológicos e organizações sociais distintas. Colônias como Santa Cruz, Maria Luiza, Quintilha, Taunay, Visconde de Nácar, Cândido de Abreu, Pereira e Alexandra foram estabelecidas através desse processo (TRAMUJAS, 1996 *apud* DENES, 2006).

Com o estabelecimento das Colônias no Litoral do Paraná existia a necessidade da Província do Paraná promover ligações entre estas e a capital Curitiba, fossem estas estradas centrais, vicinais ou ferrovias. Segundo relato de Henrique Schmidlin (2012) “*as ocupações presentes entre Paranaguá e a Serra da Prata, permitiram a abertura de um “picadão” que levava ao porto fluvial do Parati e Barreiros com destino final para Guaratuba*”, com o intuito de estabelecer a ligação e o escoamento da produção agrícola da região.

No governo de Afonso Camargo, em 1916, este caminho, “picadão”, foi transformado na estrada do Alboit, passando nas localidades da Colônia Maria Luiza, São Luiz, Colônia Pereira, Cambará, até o Morro do Ai Jesus e o porto da comunidade do Parati. No governo do estado de Caetano Munhoz da Rocha, em 1922, estabeleceu-se um ramal na estrada do Alboit, na altura de Cambará, ligando com o município de Matinhos. A abertura da estrada, segundo Bigarella (2009) estimulou o desenvolvimento do turismo da região, favorecendo o acesso aos balneários, até então pouco conhecidos, de Praia de Leste, Matinhos e Caiobá, facilitando também a entrada em Guaratuba. Sob o mesmo governo inaugurou-se em 1927 a “Estrada do Mar”, ligando Paranaguá a Praia de Leste, ocorrendo o abandono da Estrada do Alboit. Em 1968 ocorreu a abertura da estrada “Alexandra

– Matinhos”. Na década de 1980, no governo Álvaro Dias que a Estrada passou a ser asfaltada, sendo conhecida atualmente como a PR 508.

Depois da abertura da Rodovia e do asfaltamento da PR 508 no traçado que se conhece hoje, a Estrada do Alboit e do Morro Aí Jesus foram praticamente abandonadas. A valorização e desvalorização dos acessos por estradas entre Guaratuba – Matinhos – Paranaguá foi acompanhado do movimento migratório da população que em certos momentos é isolada ou sofre com a não manutenção dos acessos à distribuição da produção. Estas mudanças também promovem situações de isolamento, processos de migração, de desvalorização social e de decadência econômica.

As Colônias no entorno da PR-508, compreendida à luz do resgate histórico aqui apresentado, tanto dos processos de estabelecimento dos imigrantes na terra, quanto das transformações passadas pelas vias de comunicação que conectavam as comunidades entre si e com locais de escoamento da produção, demonstram que se trata de um território construído a partir de políticas públicas tanto para a ocupação do solo e formação cultural, como para a permanência destes.

Conclui-se que as mudanças estruturais ocorridas após a implementação das Colônias no litoral do Paraná, mais especificamente em Paranaguá e Matinhos respondem aos movimentos de consolidação de infra estrutura fornecidos pelo Estado, especialmente os de estradas, necessários ao escoamento da produção. A retomada do processo de colonização por imigrantes em todo o território brasileiro trouxe não apenas novas formas de agricultura, mas também promoveu a propriedade para os imigrantes, o que acabou deixando de lado os verdadeiros donos da terra, que não detinham a propriedade conforme o sistema do governo, porém já estavam estabelecidos. Esta população, os pescadores e os povos remanescentes, com mais de duzentos anos vivendo no local, no início da colonização do litoral do Paraná, não obteve a posse da propriedade da terra.

A colonização por italianos, alemães e holandeses certamente promoveu mudanças ambientais na região que agora não são percebidas, pois foram absorvidas. Mas por outro lado, a não permanência destes por longo tempo nas colônias, em decorrência do tipo de solo e mudanças promovidas pelo acesso e infraestrutura promoveu a manutenção do ambiente acima dos limites de outras áreas do estado em que as terras se demonstraram improdutivas.

No caso do Litoral Paranaense a colonização trouxe melhorias para a época pela promoção da agricultura de subsistência, pelas relações entre os imigrantes e pela “modernização”. Agora, em meados do primeiro decênio dos anos 2000, é possível dizer que destes processos que o litoral do Paraná constituiu-se de uma cultura múltipla. Nas Colônias tinha-se uma relação de compadrio entre os moradores que utilizam as estradas que interligavam as Colônias, porém com a abertura e asfaltamento da PR 508, os antigos traçados acabaram-se dar decadência destas relações presentes nas antigas Colônias.

CAPÍTULO 2 – DESCORTINANDO O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) E A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA DE UC

Historicamente as áreas naturais protegidas (ANP)¹ foram originadas devido a concepção ligada à proteção de locais de relevante beleza cênica. Segundo Diegues (s.d, p. 3) se atribuiu certo valor simbólico onde tais espaços “serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono”.

Contudo, segundo SCHENINI, et al (2004) somente no século XIX que os holofotes voltaram-se para a criação de áreas legalmente protegidas com foco na conservação da biodiversidade frente à degradação ambiental provocada pelas atividades antrópicas. Logo, surgiu a ideologia da “natureza intocada”, onde essas áreas deveriam receber proteção integral acreditando-se que a única forma de protegê-las era as afastando do ser humano.

Conforme o *World Wide Fund For Nature* (WWF, 2008, p.6) “O surgimento do atual modelo de “áreas naturais protegidas” ocorreu nos EUA, devido ao problema da grande expansão urbana e agrícola sobre as áreas naturais”, sendo marco a criação do Parque Nacional de *Yellowstone* em 1872. Assim como afirmam Gonçalves e Hoeffel (2012) a criação de ANP tornou-se um instrumento “geopolítico” de controle do território, pois este é objeto central de disputas orientadas pelos interesses decorrentes de sua ocupação.

Entretanto, tal modelo de gestão foi incorporado à demais países com características biológicas, ecológicas, sociais, culturais e econômicas diferentes. Assim, pode-se afirmar que o processo de instalação das ANP gerou, por outro lado a violação dos direitos humanos de comunidades ao redor do mundo, ignorando-se a realização de uma pré-avaliação do contexto social das áreas em questão.

Em determinado momento, as questões ambientais passaram a ser amplamente discutidas em meio ao forte movimento ambientalista na década de 60,

¹ A *International Union for Conservation of Nature* (IUCN, 1998, p.1) define ANP como “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada para a proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados, administrada através de instrumentos legais ou outros meios efetivos”.

fator imprescindível frente ao aumento considerável da criação de ANP nos anos seguintes.

No contexto brasileiro, as atenções voltadas para criação de ANP são decorrentes, sobretudo, dos movimentos internacionais, como afirma Peccatiello (2011, p. 2): “a prática de delimitação de territórios para a conservação, já realizada desde o final do século XIX em países como os EUA, disseminou-se no Brasil a partir de 1934 com o Código Florestal”. Essa normativa, através do Decreto nº 23.793, se tornou base para criação da primeira ANP, o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro em 1937 (CAVALCANTE, 2010). Atualmente o país constitui-se de aproximadamente 1.946 ANP que englobam 20% de todo o território (MMA, 2015).

A adoção desta estratégia de conservação vai ao encontro do momento de estruturação da política ambiental do país a partir de 1930. Este período caracteriza-se como de “regulamentação dos usos dos recursos naturais”, pois corresponde à origem de instrumentos legais voltados para criação de ANP destacando-se o Código das águas, Código da mineração e o referido Código florestal que veio a instituir o parque mencionado, além do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, e Parque Nacional da Serra dos Órgãos no mesmo ano (BARROS; BORGES; NASCIMENTO et al, 2012; PECCATIELLO, 2011). As ANP estavam neste momento sob administração e fiscalização do Serviço Florestal Federal, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, de caráter predominantemente preservacionista.

Na década de 1960, paralelo ao período de ditadura militar, os instrumentos de criação de ANP são aperfeiçoados, incorporando certo autoritarismo que se fez presente no estabelecimento das políticas públicas. São criadas ao longo deste período instituições de alta importância para a gestão de ANP como Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) em 1967 e Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) mais tarde em 1973 (PECCATIELLO, 2011).

Como ambos os órgãos passaram a administrar as áreas naturais, se visou à elaboração de um plano para subsidiar um futuro Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o objetivo de unificar o manejo daquelas. De acordo com Schenini, *et al* (2004), existiam apenas três categorias de manejo, legalmente instituídas sob responsabilidade do então IBDF (Parque Nacional, Reserva Biológica e Floresta Nacional). Sob administração da SEMA foram criadas as categorias Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse

Ecológico. “Em 1970, o sistema federal de unidades de conservação compreendia 14 parques nacionais (na época, cobrindo 2.756.513ha) e 12 florestas nacionais (257.756ha), num total de 3.014.269ha, ou 0,36% das terras brasileiras” (RYLANDS; BRANDON, p.3, 2005).

No momento em que a temática de ANP estava em pauta, importantes normativas surgem como o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (1979) e a Política Nacional de Meio Ambiente (1981).

Em 1982, foi elaborada uma segunda versão do almejado SNUC, primeiro documento a utilizar terminologia “UC” e a classificar em “Unidades de Proteção Integral” e “Unidades de Uso Sustentável” (CAVALCANTE, 2010).

No ano de 1989 criou-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) substituindo o IBDF e como resultado da parceria entre esse, SEMA e Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) surge uma proposta de aperfeiçoamento dos planos anteriormente elaborados (1 e 2). Em forma de anteprojeto de lei, o resultado foi encaminhado ao Congresso como PL nº 2892/92. Após longo período de tramitação se criou o atual SNUC, instituído pela Lei Federal 9.985/2000, que apresenta diretrizes e normativas visando à modernização da gestão e manejo das UC (PECCATILLO, 2011). Um breve resumo cronológico de estruturação das políticas ambientais na área é apresentado abaixo (Figura 1).

INSTRUMENTO LEGAL	DATA	RESUMO
Lei nº 4.771	15/09/65	Institui o Novo Código Florestal Brasileiro
Lei nº 5.197	03/01/67	Lei de Proteção à Fauna
Lei nº 6.938	31/08/81	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente
Lei nº 7.347	24/07/85	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao Meio Ambiente
Constituição Federal	05/10/88	Trata da proteção ao Meio Ambiente no Artigo 225, Capítulo VI
Decreto nº 750	10/02/93	Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica
Decreto nº 1.922	05/06/96	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural
Lei nº 9.605	12/02/98	Lei de Crimes Ambientais, no que se refere às infrações e punições
Lei nº 9.985	18/07/00	Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC)
Decreto nº 4.340	22/08/02	Regulamenta o SNUC
Decreto nº 5.758	13/04/06	Estabelece o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
Lei nº 11.428	22/12/06	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica

Figura 1 – Resumo cronológico de estruturação das políticas ambientais de Unidades de Conservação, WWF (2008).

O país está em processo de consolidação do SNUC e enfrenta dificuldades que implicam diretamente na efetividade da gestão, como: falta de regularização fundiária e falta de pessoal para manejo, fiscalização e gerenciamento; baixa qualificação e treinamento da equipe existente; excessiva burocracia da administração pública; falta de recursos financeiros ou indisponibilidade de uso dos existentes (WWF, 2008). Diagnóstico feito pelo *World Wide Fund For Nature* (WWF) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2012, intitulado “Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil: Resultados 2010”, concluiu o índice de efetividade das UC federais em torno de 48% considerado “mediano”, todavia, houve um acréscimo de 18% em relação à outro estudo de mesmo caráter realizado em 2007.

Ao tratarmos do SNUC, cabe destacar dois elementos trazidos à luz pelo mesmo. O primeiro deles, incorporado às demais políticas ambientais, diz respeito à Zona de amortecimento (ZA) das UC. Aquele e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA – Resolução nº 428/2010) classificam respectivamente ZA e Zona de Entorno (ZE) como áreas limitadas administrativamente, pois condicionam o exercício do direito de propriedade ao cumprimento da função ambiental, em concordância com a obrigatoriedade do proprietário em zelar pela proteção e pela conservação ambiental em prol do bem-estar da coletividade. Segundo Orlando (1997) *apud* VITALLI *et al* (2009) o uso do entorno de cada UC deve ser controlado e sua exploração deve fazer uso das práticas tradicionais, dos estilos de vida localmente adaptados e do manejo sustentável dos recursos naturais.

Inicialmente, fora estabelecido pelo CONAMA (Resolução nº 13/1990) o marco de dez quilômetros para a delimitação da ZA. Com outra resolução de nº 428/2010, voltada ao licenciamento ambiental de empreendimentos de alto impacto ambiental que possuam Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), tal parâmetro passa para três mil metros (3 km) a contar dos limites das UC, sendo esta alteração válida apenas para UC que não possuem Plano de Manejo².

As atividades desenvolvidas no entorno de uma UC de Proteção Integral em função de conservação e da preservação dos recursos naturais (RN) geram fatores

² Documento técnico com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, o qual estabelece seu zoneamento e as normas que irão direcionar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

de tensão³. “Esta tensão entre o caráter público dos bens ambientais e sua disputa por interesses privados é o motivo central da geração de conflitos” (FREITAS; BEROLDT; *et al.* 2012, p.125). Contudo, são exatamente nessas áreas onde se encontram os ambientes vulneráveis indispensáveis para a manutenção do bioma (DENES, 2006), o que justifica no *Art. 1º* da presente normativa, a liberação da licença prévia de instalação somente com a autorização do órgão responsável pela administração da UC após análise EIA/RIMA apresentado pelo empreendimento.

Verifica-se que na legislação brasileira existem ambiguidades com relação às definições, sejam elas ZE e/ou ZA, dificultando a interpretação e aplicação das normas pertinentes, as quais se reportam a conceitos apenas do ponto de vista ecológico, ignorando, em alguns casos, os aspectos sociais arraigados no entorno (Quadro 1).

Quadro 1. Legislação correspondente à delimitação e definição da zona de amortecimento, zona de entorno e zona tampão. FONTE: VITALLI *et al.*, 2009 (adaptado pelas autoras, 2015).

Resolução do CONAMA nº. 13/90: utiliza o termo zona de entorno, referindo-se ao raio de dez quilômetros ao redor das unidades de conservação sendo revogado pela resolução nº428/2010.
Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº. 9.985/00: o termo adotado é zona de amortecimento, cujos limites são estabelecidos no plano de manejo. Art. 2º, inciso XVIII – Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
Decreto Federal nº. 99.274/90: em seu artigo 27 referente à estação ecológica, menciona que as áreas circundantes das unidades de conservação passam por restrições de uso cabíveis a análise pelo órgão gestor.
A Resolução CONAMA nº. 10/93: estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica, reforçando a vigência da Resolução CONAMA nº. 13/90, ao definir: Art. 6º, inciso IV – Entorno de Unidades de Conservação – área de cobertura vegetal contígua aos limites de Unidade de Conservação, que for proposta em seu respectivo Plano de Manejo, Zoneamento Ecológico/Econômico ou Plano Diretor de acordo com as categorias de manejo. Inexistindo estes instrumentos legais ou deles não constando a área de entorno, o licenciamento se dará sem prejuízo da aplicação do disposto no Artigo 2º da Resolução/CONAMA nº. 13/90.

³ Pode-se caracterizar para o presente estudo a terminologia “tensão”, pois trabalhos que a utilizaram não citaram o seu significado por haver uma linha tênue entre “tensão” e “conflitos”. Pressupõe-se que a tensão antecede o conflito, este conforme Zhouri & Laschefski (2010) destacam surgem a partir das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material, revelando distintas visões sobre a utilização do espaço, configurando assim a base cognitiva para os discursos e ações dos grupos sociais envolvidos nos conflitos socioambientais existentes.

Lei nº. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais): Art. 40º – Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº. 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização. Pena– reclusão, de um a cinco anos.

Resolução do CONAMA nº 428 /2010: Revoga as resoluções nº 10/1988, nº 11/1987, nº 12/1988, nº 13/1990; e altera as resoluções nº 347/2004, e nº 378/2006. O presente dispõe no âmbito do licenciamento ambiental em seu Artigo 1º que empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar UC ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC. Este procedimento é necessário quando o empreendimento se localiza numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida ainda pelo Plano de Manejo da Unidade.

O segundo elemento refere-se aos conselhos das UC, definidos pela instrução normativa nº 9 de 05 de dezembro de 2014 como

“instância colegiada formalmente instituída por meio de Portaria do Presidente do Instituto Chico Mendes, cuja função é constituir-se em um fórum democrático de diálogo, valorização, participação e controle social, debate e gestão da Unidade de Conservação, incluída a sua zona de amortecimento e território de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas e culturais que tenham relação com a Unidade de Conservação” (ICMBio, 2014, Art. 2º).

É prescrito que as UC de Proteção Integral devem possuir um Conselho na modalidade “Consultivo” composto por representantes dos órgãos públicos, organizações da sociedade civil (ONG) e populações tradicionais que possam eventualmente encontrar-se no interior da unidade ou em sua ZA. A participação ocorre através da consulta e discussão sobre determinado tema, sem poder de decisão, esse cabendo exclusivamente à equipe gestora (FONSECA; MEDEIROS, 2011). Dessa forma, o Conselho atua como dinamizador de um espaço de participação social, por sua vez relevante para a tomada de decisão. É atribuída ao órgão gestor a responsabilidade de convocação de reuniões, com pautas pré-estabelecidas, em locais de fácil acesso, além do fornecimento de apoio logístico aos representantes e interessados. Incluem-se como competências conforme art. 4º da citada norma: apoiar a efetividade da conservação da biodiversidade e a implementação dos objetivos de criação da UC; conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da UC, promovendo ampla discussão sobre seus objetivos ambientais e sociais, bem como sobre a gestão da Unidade; demandar e propor aos órgãos competentes, instituições de pesquisa e de desenvolvimento socioambiental, ações

de conservação, pesquisa, educação ambiental, proteção, controle, monitoramento e manejo que promovam a conservação dos recursos naturais das UC, sua ZA ou território de influência; etc.

2.2. TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL APLICADA AOS CONCEITOS DE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

A etimologia da palavra “representação” vem do latim ‘*repraesentare*’ que significa ‘fazer presente’ ou ‘apresentar de novo’, em outras palavras, “fazer presente alguém ou coisa ausente, mesmo uma ideia, por intermédio da presença de um objeto” segundo Falcon (2000), *apud* REIS; BELLINI (2011). Posto isso, a teoria da representação social (RS) diz respeito à “produção” dos saberes sociais gerados no cotidiano, radicados principalmente nas relações sociais.

A teoria da representação social (RS) dá seu primeiro indício no século XIX, época marcada por ideais revolucionários e movimentos da classe operária, momento propício para emergência de novas concepções de ver e compreender o mundo. Inicialmente, havia uma dicotomia entre os teóricos da Psicologia social, no que dizia respeito à “representação, ora como “individual” ora como “coletiva”, porém, com o avanço das discussões diversos estudiosos (Moscovici, Durkheim, Max Weber, Schutz, Jodelet, entre outros) trouxeram à tona contribuições para compreensão da RS.

Os autores Reis e Bellini afirmam que Serge Moscovici foi o precursor da teoria da RS em 1961 através de um estudo sobre a psicanálise. Ele estudou mecânica, filosofia, psicologia e epistemologia da história das ciências e atualmente é diretor do *Laboratoire Européen de Psychologie Sociale* (SILVA, 2010). Para ele, o conceito de RS tem origem na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e Lévi-Bruhl (ALEXANDRE, 2004). Moscovici organiza sua teoria sob os preceitos da “complexidade do mundo social”, de forma que as RS “conservam a marca da realidade social, onde nascem, mas também possuem vida independente,

reproduzem-se e se misturam, tendo como causa outras representações e não apenas a estrutura social”⁴ (MOSCOVIVI, 2001 *apud* REIS; BELLINI; 2011).

Em concordância, Sêga (2000) explica que as RS são conhecimentos práticos sobre a interpretação da realidade, ou seja, são formas de conhecimento mental para fixação de posições em relação às situações cotidianas.

Como as RS se referem à representação de alguma coisa, seja um objeto ou alguém, diversos elementos são capazes de influenciá-las, como: o contexto em que se situam os grupos e as pessoas, a comunicação que se estabelece entre eles, “bagagem” cultural que cada um traz consigo, além dos códigos, símbolos, valores e ideologias que são estabelecidas ligadas às posições e vinculações sociais que tem contato.

É uma modalidade particular porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade (ALEXANDRE, 2004, p.6)

ABRIC (2000) *apud* REIS; BELLINI (2011) aponta que as RS apresentam quatro funções principais: a) “saber”, pois permitem compreender e explicar a realidade; b) “identitária”, uma vez que definem a identidade social e pessoal ao situarem os indivíduos e os grupos no campo social; c) “orientação”, em outras palavras, guiam os comportamentos e as práticas, definindo o que é tolerável e/ou inaceitável; e por último, d) função “justificadora”, servem de “subsídios” para posicionamentos e comportamentos.

Embora haja muitas definições, existem pontos de convergência sobre a conceituação da RS, especialmente quando considerada forma de “conhecimento”; representação de algo em específico (objeto, temática ou pessoa), “mutável”, pois tende a ser influenciada pelas experiências ao longo da existência humana além de abarcar um caráter simbólico e de significância.

A análise das RS contempla três níveis: 1) “Fenomenológico”, como citado, são consideradas “modos de conhecimento, saberes do senso comum que surgem e se legitimam na conversação interpessoal cotidiana”; 2) “Teórico”, se refere às definições conceituais e metodológicas, construtos, generalizações e proposições

⁴ Entende-se por “estrutura social” a interação e relações pessoais estabelecidas pelos e entre os indivíduos. São fatores que influenciam diretamente a expressão da subjetividade de cada um (ALEXANDRE, 2004).

relativas às RS; e 3) “Metateórico”, consiste nas análises e reflexões sobre seus “postulados e pressupostos” (OLIVEIRA; WERBA, 2003, *apud* REIS, BELLINI, 2011).

Sabe-se que trabalhos pautados na teoria da RS visam à compreensão dos fenômenos sociais, da forma como são captados, interpretados, visualizados e expressos pelos sujeitos. “Assim, destaca-se a importância das RS para estudos que não se limitam a uma única área e sim, que procuram compreender o homem e a sociedade em sua multiplicidade e complexidade” (MOSCOVICI, 2007 *apud* SILVA, 2010).

Em vista das definições de “representação” sob o viés da teoria de Moscovici, ao atentarmos para a realidade trabalhada se observam paralelos com a noção de “territorialidade” de Haesbaert.

Cada sociedade produz seu (s) território (s) e territorialidade (s) a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos nas suas atividades cotidianas, cada combinação específica de relação espaço – tempo acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2013). Significa dizer que a existência de interações *no* e *do* processo de territorialização, envolvem os processos sociais, cujas concepções resultam das relações de produção e interações que estabeleceram, no espaço e em escalas diferentes, o conteúdo, o meio e os processos materiais e imateriais do território (ARAUJO; SOUZA; 2012). Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais, existe a noção de “simbiose” entre o “homem” e a natureza. Nesta acepção a instituição de ANP excludentes desses grupos sociais é incompreensível, sendo essa atitude vista pelos mesmos como uma expropriação de seu território (DIEGUES, s.d).

A conceituação do território compreende-se nas diferentes escalas temporais, com caráter permanente ou transformando-se em elemento da natureza espacial criada pela sociedade, cujo objetivo é lutar para conquistá-lo ou protegê-lo. Segundo Haesbaert (2009), a territorialidade seria um fator que influencia (in) diretamente a comunidade. É o território cultural (ista) que ocorre quando os grupos sociais imprimem no território à identidade dos que ali residente, tendo como produto a apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”. Portanto, o território é um movimento conjuntural intimamente ligado ao processo histórico das relações de pertencimento e de identidade nos espaços de representação, interagidos com as demais dimensões da relação espaço – tempo,

sendo suporte ao conjunto das abordagens relacionadas – processuais, se reconhecendo outros níveis de relações de poder, de conflitos, de apropriação e dominação do espaço, ou seja, o movimento histórico está intrínseco nas dinâmicas territoriais (SAQUET, 2013).

Neste sentido não se separa a (i) materialidade do território revelando-se no olhar da compreensão através da relação intrínseca da economia, política, cultura e natureza no processo de territorialização. As relações do território com a paisagem e a história elucidam diferentes perspectivas de compreensão da identidade, elemento central na constituição do território e da territorialidade (SAQUET, 2013).

O que nos acarreta trazer o conceito de patrimônio cultural imaterial que segundo a Constituição Federal (1988, art. 216), engloba diversas linguagens da cultura, crenças, visões de mundo, saberes, fazeres, transmissão do conhecimento de geração em geração, das práticas, dos sentidos, dos valores que se criam e recriam no presente. Neste processo constrói-se a identidade pessoal que se forma com base em diversos fatores como a história de vida, história da família, ou seja, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais (FADINI, 2005). Com os grupos sociais, isso também ocorre e se compartilham as histórias e memórias coletivas, ligando as pessoas através da linguagem, dos costumes, crenças e saberes partilhados coletivamente, tendo na memória e na cultura os elementos que fazem com que os indivíduos se identifiquem uns com os outros, traduzindo-se na identidade cultural de um grupo social que gera o reconhecer da sua história e detém a identidade cultural, pois a história é o homem e tudo é história.

Neste contexto, verifica-se a definição de territorialidade associada à identidade e os sentimentos expressos no lugar de vivência. Segundo Souza e Pedon (2007) compreender a relação da identidade com o território se constituiu, ao longo do tempo, como um principal elemento, o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, é o de conceber o espaço como *lócus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade que dá a esse espaço o caráter de território, tendo a identidade como fator de mobilização para a ação coletiva.

Logo, a territorialidade ao mesmo tempo em que expressa a identidade, representa uma forma de ordenação territorial, ambas estão imbricadas no fato de um indivíduo estar num determinado lugar em que se tornou atuante nas redes de

sociabilidade e lhe permitiu construir seus referenciais com o qual ordena o mundo. Por conseguinte, a identidade está sempre em processo de redefinições, considerando as diferentes comunicações que o ser humano detém ao longo da vida com outros atores (SOUZA; PEDON; 2007).

CAPÍTULO 3 - DIAGNÓSTICO DAS RELAÇÕES ENTRE O PARQUE NACIONAL DE SAINT-HILAIRE/LANGE E SUA ZONA RURAL DE ENTORNO

3.1. INTRODUÇÃO

Na sociedade há sempre a busca pela revalorização das paisagens naturais, tendo na conservação e preservação a oportunidade de manejar e zelar pelos recursos e pela natureza. Está intrínseca essa busca pelo pertencimento e da retomada da relação do homem com a natureza, que se transforma a partir do momento em que este passa a sentir-se parte dela e a reconhecer que as paisagens mudam e se reconstroem, perpassando além dos espaços territoriais, herdados pelos povos existentes. Estas paisagens são certamente de responsabilidade do ser humano ou deveriam estes se sentir responsáveis por ela (AZIZ N. AB'SÁBER, 2003). Neste âmbito as UC realizam o papel do conservar e proteger o ambiente para as gerações atuais e futuras. Com isto surge a necessidade de desenvolver um diagnóstico das relações existentes entre a UC Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange (PNSHL) e sua ZE, trabalhando especificamente com os moradores do entorno e com os conselheiros representantes no Conselho Consultivo, visto que constitui instância de consulta à comunidade.

O que norteia o presente estudo e objetiva-se com a busca da compreensão da relação homem-natureza, bem como o seu pertencimento em determinado território é a compreensão tanto do nível de consciência ecológica que os atores sociais da pesquisa detêm com o meio ambiente (MA) quanto as suas inter-relações com o Parque Nacional, além de apontar quais são as perspectivas dos moradores sobre a criação da UC para determinar quais foram e/ou são as influências da implantação desta no modo de vida dos entrevistados, estando ou não inseridos nos limites do Parque. Outras compreensões da realidade local também se fizeram necessárias tais como a interação dos entrevistados com a equipe gestora da UC por meio dos conselheiros e técnicos. Com estes dados referendados e analisados busca-se trazer contribuições para a Gestão da Unidade a fim de aperfeiçoar as relações entre o PNHSL e sua ZE através da gestão participativa e da educação ambiental (EA).

3.2. MATERIAL E MÉTODOS

3.2.1. Caracterização do local de estudo

O litoral do Paraná é formado pelos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, ao sul, Morretes e Paranaguá ao centro, e, ao norte, por Antonina e Guaraqueçaba. Possui suas divisas territoriais com Santa Catarina, ao sul, e ao norte com o estado de São Paulo. A área física total do litoral é de cerca de 6.600 Km², tendo população total de 265.362 habitantes (IBGE, 2010).

Os municípios da região foram caracterizados segundo Estades (2003), que considera suas características históricas e atividades econômicas predominantes, dividindo o território em três grupos: os portuários (Antonina e Paranaguá), os rurais (Morretes e Guaraqueçaba) e os praiano-turísticos (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná). Os municípios praiano-turísticos têm suas atividades econômicas predominantemente relacionadas ao turismo, o que os vincula com o fator da sazonalidade afetando a sua estabilidade, a qualidade da oferta e os preços. Os municípios rurais têm na produção agropecuária a base de suas atividades econômicas. Por fim, os municípios de relevância portuária que detêm a contribuição para a economia do Estado. Mesmo as atividades econômicas de maior destaque desenvolvidas no litoral, como as ligadas ao porto de Paranaguá e ao turismo praiano, não têm se refletido em benefícios proporcionais para a população local (ESTADES, 2003).

3.2.1.1. O Parque Nacional de Saint - Hilaire/Lange (PNSHL)

O PNSHL foi criado pela Lei Federal nº 10.227, no ano de 2001, e é administrado pelo ICMBio. Contempla a categoria de “proteção integral”, posto que são aquelas UC que têm por objetivo básico, “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus RN”, isto é, não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos, com exceção dos casos previstos na Lei.

O Parque abrange os municípios litorâneos de Matinhos, Guaratuba, Paranaguá e Morretes e contempla as montanhas do maciço Serra da Prata com regiões que variam de 10 metros sobre o nível do mar até altitudes superiores a

1.400 metros, estando inserida na área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e na Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba, correspondendo a um dos trechos mais conservados do bioma (PNSHL, 2014).

A área da Serra da Prata representa um dos últimos refúgios naturais da região, favorecendo a sobrevivência de espécies endêmicas e abrigando diversas espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção (PNSHL, 2014). Sua importância ecológica se deve também à rica biodiversidade da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), associada à beleza natural das encostas montanhosas que compõe a Serra do Mar (SILVEIRA, et al., 2007).

O PNSHL possui como objetivos a proteção e conservação dos ecossistemas de Floresta Atlântica existentes no local, e a garantia da estabilidade ambiental dos balneários próximos, e também da qualidade de vida das populações costeiras da região (Lei nº 10.227, 2001). A ZE do Parque exerce papel fundamental no alcance dos objetivos de proteção e manutenção da integridade biológica da área.

Seu conselho consultivo foi criado pela portaria nº 37 de 25 de junho de 2008 (BRASIL, 2008) com a finalidade de contribuir com o alcance dos objetivos da UC. A composição atual, tendo sido observada a legislação, foi definida na 12ª Reunião Ordinária realizada em 25 de maio de 2012, dispondo de representantes dos órgãos ambientais (ICMBio, IBAMA, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde (BPAmb); prefeituras dos respectivos municípios que integram a unidade; associações correspondentes aos setores produtivos dos municípios; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC); Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Empresas de distribuição de água com atuação na região (CAGEPAR e SANEPAR); ONGs e instituições de ensino incluindo a UFPR. Outros representantes, respectivos das Comunidades abrangentes do entorno do Parque, são representantes do Sertãozinho, Tabuleiro, Jardim Schaeffer, Vila Nova, Centro, Caiobá e Praia Mansa, no município de Matinhos; Limeira, Rasgado, Cubatão, Três Barras, Rasgadinho, Parado, Prainha, Cabaraquara, Parati, no município de Guaratuba; Mundo Novo, Saquarema, Floresta, Sambaqui, Zoador e Morro Alto, no município de Morretes. Os representantes das Colônias objetos deste estudo, totalizam 17 indivíduos caracterizados entre titulares e suplentes, definidos

da seguinte forma: Colônia Cambará (Matinhos); Colônia Morro Inglês e Colônia Taunay (Paranaguá); Colônia Santa Cruz (Paranaguá); Colônia Quintilha (Paranaguá); Colônia Maria Luiza (Paranaguá) e por fim Colônia Pereira (Paranaguá) (PNSHL, 2015).

A UC detém 24.485,71 hectares, mas atualmente se encontra em processo de redefinição de limites, conforme nota técnica nº 05 de 2013 que faz parte do processo de nº 02001.005621/2003-56. Esta coloca as justificativas para a exclusão ou não de áreas dos limites do PNSHL, cujos critérios são: a distância do limite atual do PNSHL (metros); largura da faixa de floresta entre a área analisada e o limite do PNSHL e/ou a área isolada em matriz florestada; distância mínima, após a eventual exclusão, entre a área núcleo mais interna do PNSHL e a borda de floresta; ocupação que apresenta potencial de degradação dos recursos hídricos; o nível de suscetibilidade da área com deslizamentos; se a atividade produtiva causa degradação do solo; se a atividade coloca em risco atributos naturais de atrativo turístico; e por fim se a exclusão da área favoreceria novas ocupações, que poderiam prejudicar a conservação da floresta, do solo, dos recursos hídricos ou dos atrativos turísticos. Segundo a presente nota técnica há dentro dos limites do PNSHL, 183 áreas edificadas e 100 áreas com moradores permanentes; com a mudança dos limites, passaria para 32 e 10, respectivamente. Algumas regiões não terão os limites modificados por terem propriedades em regiões de risco de deslizamentos, cujo Ministério Público pontua o reassentamento por situação de vulnerabilidade. O limite do Parque após a redefinição passaria para 24.166,17 há, excluindo 1,3% da área atual.

3.2.1.2. Objetos de Estudo

A amostra, contemplada pelo presente estudo, como anteriormente citado, trata-se dos moradores das Colônias presentes na ZE da face leste do PNHSL e respectivos representantes no Conselho Consultivo. As Colônias são: Maria Luiza, Taunay/Morro Inglês, Quintilha, Santa Cruz, Pereira e Cambará, as quais perpassam a rodovia PR 508, conhecida popularmente como “Alexandra - Matinhos”, caracterizada como área rural. Definiu-se a escolha aleatória de, no mínimo, dois representantes de cada Colônia, totalizando 18 entrevistados, além dos 12

conselheiros, gerando um total de 30 entrevistas. Os trabalhos *in loco* ocorreram semanalmente nos meses de abril e maio do presente ano.

A Colônia Pereira, localiza-se nos Municípios de Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná e a Colônia Cambará na área rural de Matinhos. A zona rural de Paranaguá abriga cerca de seis Colônias agrícolas fundadas no início do século XVII segundo dados da Motirõ Sociedade Cooperativa (2015), que desenvolve atividades nesta localidade. Há na região da referida estrada aproximadamente 1.555 pessoas em 322 domicílios, o que representa 31% do total da população rural de Paranaguá (5.083 hab). Destaca-se como produção agrícola local o cultivo da banana, arroz, mandioca, hortaliças e pecuária de subsistência (MOTIRÕ, 2015). Esta produção é geralmente comercializada em feiras na região urbana de Paranaguá e Matinhos, o que corresponde à arrecadação econômica destas famílias. Vale destacar que as Colônias do município de Paranaguá contribuem com apenas 10% da produção na região, que não atinge a demanda necessária devidos aos atuais problemas conjunturais de infraestrutura, econômicos, produção, educacionais e culturais (MOTIRÕ, 2015).

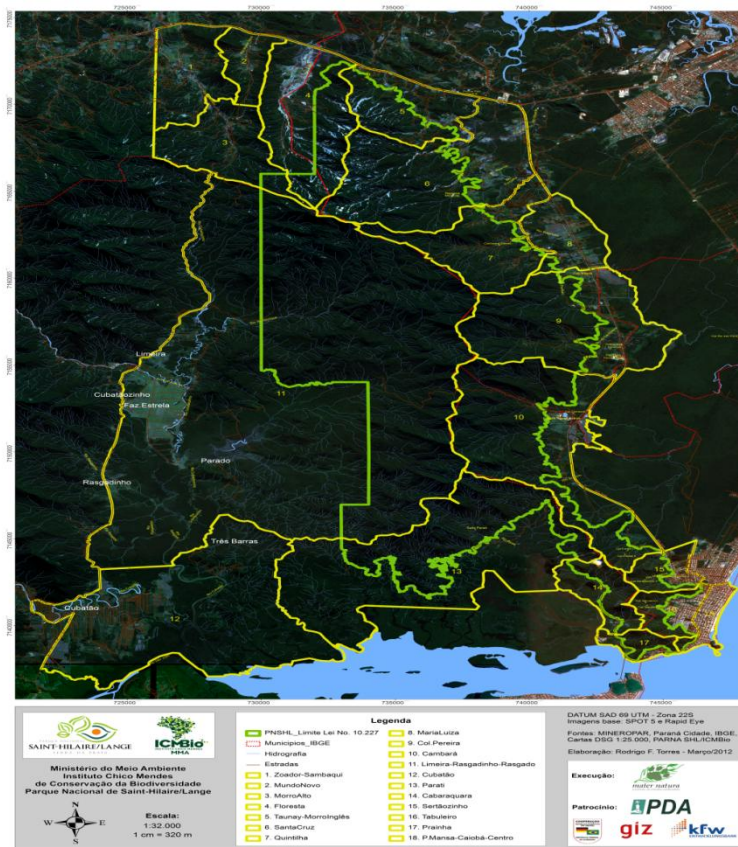


Figura 2 – Mapa da localização das Colônias e da zona de entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.

3.2.2. Procedimentos

Os conselheiros e moradores foram entrevistados por meio de questionários semi - estruturados, acompanhados de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE ANEXO 1, p.67). O TCLE dispunha o contato dos pesquisadores, esclarecia sobre o teor da pesquisa e informava sobre o sigilo da identidade e informações concedidas pelos entrevistados, embora possível divulgação da pesquisa.

Os questionários foram divididos em três seções: 1) “dados gerais”, que correspondiam à idade, sexo, nível de escolaridade, atividade produtiva (trabalho) e cidade natal; 2) “concepção”, contemplou questões sobre MA, avaliação quanto a importância desse na vida e/ou atividade produtiva, relação entre MA e a UC em questão, mudanças decorrentes da criação da UC nas atividades diárias, opinião sobre a criação do Parque, etc; 3) “relação”, que abordou a opinião do ator social quanto à importância da Colônia perante o PNSHL, se possuía conhecimento sobre representantes locais em contato com a administração da UC (conselheiros), identificação de ações de aproximação por parte da UC com o entrevistado, participação em atividades promovidas pela UC e o nível de influência da UC nas suas atividades diárias (ANEXO 3, p.69). No caso do conselheiro foram feitas perguntas sobre a divulgação pela UC de informações sobre as atividades/reuniões promovidas pelo conselho, importância do envolvimento e frequência com que participava das reuniões, se se sentia ouvido ao longo do processo e de que forma atuava de modo a contribuir com a gestão da unidade (ANEXO 2, p.68).

Para tabulação das RS⁵, quanto às seções de “concepção” e “relação”, foi utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin, 2011. Segundo a autora, tal forma de análise “é um método muito empírico dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 2011, p. 30). Assim, por meio de uma “análise categorial”, foram consideradas as respostas em sua totalidade textual e com a determinação de critérios, sendo esses de associação de palavras e similaridade de ideias, foram geradas categorias de respostas conforme a frequência e/ou ausência de itens de sentido. As categorias diferenciam-se entre “emergente” e “*a priori*”. A primeira corresponde às que emergiram com os resultados, por outro lado, a segunda diz respeito às categorias

⁵ Considerou-se o termo “representação” ou “representações” para designar o conhecimento obtido através das relações sociais com base na teoria da RS como explicitado no capítulo 1. Enquanto que “representatividade” corresponde à ação de representar efetivamente um segmento ou grupo, ou seja, cujo representante é a pessoa que representa outra(s) (MINIDICIONÁRIO, 1997).

definidas com base em outros trabalhos na temática. Assim, as categorias “*a priori*” foram originadas adaptando-se as correntes de “relação com o MA” sob a perspectiva da educação ambiental (EA), propostas por Sauv   (1997) e Sauv   (2005) apud, VENDRUSCOLO *et al*, 2013), levando-se em consideração que tal relação   iminentemente contextual e culturalmente determinada. Contudo nos casos onde havia a possibilidade de encaixe de uma única resposta em várias categorias, se considerou a primeira informação/ideia/palavra apresentada, de modo a possibilitar a sistematização quantitativa dos dados em percentuais, descritos em formas de tabelas. Ressalta-se que embora considerado apenas uma RS por resposta, o entrevistado pode apresentar mais de uma corrente de RS, sendo essas coexistentes e complementares na formação do conhecimento individual.

Visando avaliar os estere tipos⁶ espontaneamente associados, partilhados pela coletividade contemplada, foi elaborada uma última questão (C6) em que se pediu ao entrevistado para expor três palavras, ou seja, palavras “induzidas” que os remetiam   uma palavra/expressão “indutora”, que neste caso era “Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange”. O presente teste de “associação de palavras” de Bardin (2011)   utilizado para fazer surgir associações relativas às palavras exploradas ao nível dos estereótipos que as criam. Obtidas as respostas, as categorizamos de forma a organizá-las de forma condensada, e as sistematizamos por meio de “diagramas de constelações de atributos”, figuras 3 a e b. A posterior análise foi realizada comparando quadrícula por quadrícula as “atitudes de avaliação subjacentes”, ou seja, os atributos de conotação positiva ou negativa em relação ao PNSHL (ver p.42). Por outro lado ao tratarmos da sessão 3, quando pertinente, além das correntes acima foram concebidas, excepcionalmente, demais categorias de análise, incluindo respostas “em branco”, “evasivas ou sem definição/clareza”, “indiferença”, dentre outras.

⁶ A definição de estereótipo aqui adotada é a ideia que temos de um objeto, seja este coisa, pessoa ou ideia, sendo este compartilhado pelos membros de um grupo social (BARDIN, 2011, p.51).

3.3. RESULTADOS

3.3.1. Dados gerais

Observou-se que do total de entrevistados (30), 57% (17) eram do sexo masculino e 43% (13) feminino. Com relação à idade (Tabela 1) prevaleceu pessoas de terceira idade⁷ entre a faixa etária de 61 a 70 anos (23%), seguida por aqueles que possuíam entre 71 a 80 anos com 20%.

Tabela 1 – Idade dos moradores entrevistados da ZE do PNSHL, em categorias de 10 em 10 anos.

IDADE	Qtdade	%
20 a 30	4	13%
31 a 40	5	17%
41 a 50	5	17%
51 a 60	3	10%
61 a 70	7	23%
71 a 80	6	20%
TOTAL	30	100%

Fonte: Autoras, 2015.

Quanto ao nível de escolaridade (Tabela 2), destaca-se que 37% possuíam apenas o ensino fundamental I (1º a 4ª série), seguidos por aqueles que haviam iniciado ou concluído o ensino médio, correspondentes a 33% da amostragem. Foi observado que 20% (6) detêm formação completa ou incompleta do ensino superior predominando esta representatividade para os entrevistados do grupo dos conselheiros.

Tabela 2 – Níveis de escolaridade dos entrevistados da ZE do PNSHL, Matinhos, PR.

Escolaridade	Qtdade	%
Ensino Fundamental I	11	37%
Ensino Fundamental II	3	10%
Ensino Médio	10	33%
Ensino Superior	6	20%
TOTAL	30	100%

Fonte: Autoras, 2015.

⁷ Entende como terceira idade, segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), os correspondentes com idade igual ou superior a 60 anos.

Com relação às atividades produtivas⁸ (Tabela 3), a de maior relevância é a voltada para a utilização dos recursos naturais (57%), dentre estas estão atividades de agricultura, roça e agroindústria. Outro dado expressivo diz respeito aqueles que exercem a atividade de dona de casa (17%), seguido de 10% que são funcionários públicos, e 10% que são aposentados.

Tabela 3 – Atividades produtivas exercidas pelos entrevistados da ZE do PNSHL, Matinhos, PR.

Atividades Produtivas	Qtidade	%
Agricultor (roceira e agroindústria)	17	57
Dona de Casa	5	17
Funcionário Público	3	10
Aposentados	3	10
Autônomo	1	3
Téc. Enfermagem	1	3
TOTAL	30	100

Fonte: Autoras, 2015.

Foi contemplado, dentre as questões voltadas para a amostra “Colônia” a cidade natal (tabela 4) dos entrevistados, onde se dividiu a amostragem por estado e seus respectivos municípios. Obteve-se um originário de Alagoas, um de Santa Catarina, dois de Minas Gerais, três do Rio Grande do Sul e três de São Paulo. Relativo ao Estado do Paraná, que corresponde a 67 % (20), o resultado mais expressivo trata-se dos 75% que nasceram no Município de Paranaguá, além dos 46,6% que cresceram nas Colônias propriamente ditas que são pertencentes à Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná.

Tabela 4 – Cidade natal dos entrevistados dividida em Municípios do Estado do Paraná e Colônias pertencentes aos Municípios do litoral do estado.

Paraná	Qtidade	%	Colônia	Qtidade
Paranaguá	15	75	Santa Cruz	2
Curitiba	2	10	Morro Inglês	2
União da Vitória	1	5	Pereira	1
Campina da Lagoa	1	5	Cambará (Matinhos)	1
Santa Maria do Oeste	1	5	Maria Luiza	1
TOTAL	20	100	TOTAL	7

⁸ Utilizou-se a definição referente a atividades produtivas conforme Antunes (1999 apud SALAZAR, s.d.). Compreende-se o trabalho abstrato (labor) e o trabalho concreto (work), cujo primeiro é a apropriação privada dos meios de produção e o segundo a atividade inerente à vida. Nesta definição consiste-se no seguinte entendimento por emprego: função, cargo, ocupação, uso, aplicação, serviço público. E por trabalho: aplicação da atividade, serviço, esforço, fadiga, ação ou resultado da ação de um esforço. Ou seja, conforme Husson (1999) o primeiro consiste na lógica do emprego assalariado, e o segundo na lógica da atividade, da inovação (apud SALAZAR, s.d.).

Fonte: Autoras, 2015.

A correlação entre tempo de residência (tabela 5) que os Colonos têm na região, fez-se necessária para relacionar posteriormente com a pergunta C4 (p.41), que corresponde ao período de criação do Parque Nacional. O dado mais expressivo foi que 61% dos entrevistados moram na região de 0 a 20 anos, outros estão a apenas 6 meses a 1 ano, e para eles a criação do Parque não surtiu um feito nem positivo nem negativo.

Tabela 5 – Tempo de permanência dos entrevistados da ZE do PNSHL, Matinhos, PR, categorizado de 20 em 20 anos.

Anos	Quantidade	%
0 a 20	11	61
21 a 40	2	11
41 a 60	2	11
61 a 80	3	17
TOTAL	18	100

Fonte: Autoras, 2015.

Outro dado relevante é que, dos 30 entrevistados, 87% (26) se inseriam na ZE da UC, e somente 13% (4) encontravam-se dentro dos limites.

3.3.2. Concepção Grupo Colonos e Grupo Conselheiros

De acordo com o referencial teórico e critérios de categorização adotados, foram identificadas sete concepções de MA (Tabela 6), sendo definidas da seguinte forma: “a priori” - “Conservacionista” relacionada à noção de “zelo” e “cuidado”; “Preservacionista”, diferente da anterior refere-se à ideia de natureza intocada “pura”, “virgem”; “Humanista” quando o MA é percebido contemplando a dimensão humana; “Lugar em que se vive”, correlacionando MA ao local e vida cotidiana; e “Recurcionista”, se volta à gestão de sistemas de produção ou uso dos recursos naturais como fonte de subsistência. As correntes “emergentes” identificadas foram “naturalista”, ênfase dada aos elementos que compõem o MA; e “estética”, trata-se do ponto de vista de beleza cênica, do “belo”, “bonito”.

Tabela 6: Correntes identificadas de concepção do meio ambiente.

Correntes de concepção	Exemplificação de respostas obtidas
Conservacionista	Ex: “cuidar das matas”; “sem derrubar árvore”.
Estética	Ex: “é bonito”; “mais linda do mundo”.
Humanista	Ex: “envolve todas as coisas vivas e não vivas que habitam a terra, e que afetam os ecossistemas e a vida dos seres humanos”.
Lugar em que se vive	Ex: “onde agente vive”; “onde estamos “meio onde as pessoas vivem”.
Naturalista	Ex: “o que tem aqui, rios, cachoeira”; “natureza, árvores, pássaros, animais”.
Preservacionista	Ex: “reserva que não pode mexer”; “preservar o que tem”.
Recursionista	“uso natural da terra”; “sustento”.

Fonte: Autoras, 2015.

Quando questionados sobre o significado de MA, dentre a amostra “Colônia” observou-se seis correntes de concepção, mas de forma predominante tivemos a categoria “conservacionista”, seguida da “preservacionista”. Enquanto que entre os conselheiros, se destacou a corrente denominada “lugar em que se vive” (tabela 7).

Tabela 7: Correntes de Concepção relacionada a questão C1 “Para você o que significa meio ambiente?”

COLÔNIAS			CONSELHEIROS	
CATEGORIAS	Qtdade	%	Qtdade	%
Conservacionista	7	39%	2	17%
Estética	2	11%	0	0%
Humanista	1	5.5%	2	17%
Lugar onde se vive	0	0%	5	41%
Naturalista	3	17%	3	25%
Preservacionista	4	22%	0	0%
Recursionista	1	5.5%	0	0%
TOTAL	18	100%	12	100%

Fonte: Autoras, 2015.

Relacionada à questão sobre se o MA possuía alguma importância nas suas vidas ou atividade produtiva, 93% (28) dos entrevistados afirmaram positivamente (Tabela 8). Para a amostra “Colônia”, paralelo à mesma questão, quando questionados sobre a maneira como atuam em prol do MA, os resultados expressivos foram os cuidados com o manejo dos resíduos sólidos domiciliares e conservação dos recursos naturais com 28% e 22% respectivamente.

Tabela 8: Respostas obtidas sobre a questão C2 “O meio ambiente tem alguma importância na sua vida ou nas suas atividades do dia – a – dia?”

Categorias	Qtidade	%
Sim	28	93%
Não	1	3 %
Sem resposta	1	3 %
TOTAL	30	100%

Fonte: Autoras, 2015

Frente à questão C3 sobre correlação entre MA e o PNSHL, 100% (30) da amostra considerou a existência de interação entre ambos, principalmente em razão da preservação dos bens naturais, portanto tendo em vista a categoria de manejo da UC, se observa certa clareza sobre o objetivo e importância dessa.

Tabela 9: Respostas obtidas sobre a questão C3 “Você acredita que exista uma relação entre o meio ambiente e o PNHS/L? Justifique sua resposta”

Categoria	Qtidade	%
Sim	30	100%
Não	0	0%
TOTAL	30	100%
Justificativa	Qtidade	%
Preservação	14	47%
Conservação	3	10%
(*) “Mesma coisa” “um só”	3	10%
(**) Benefícios diretos à população	2	7%
(***) “entender e se ajudar”	1	3%
Evasiva	1	3%
Sem resposta	6	20%
TOTAL	30	100%

(*) (**) (***) Categorias de resposta a serem discutidas no tópico intitulado “discussão” (p.50).

Fonte: Autoras, 2015.

Questionados sobre as mudanças cotidianas ocorridas por meio da criação da UC (questão C4, tabela 10), observou-se que dentre os Colonos o dado mais recorrente foi a “não mudança” para aqueles que se encontram fora dos limites da mesma. Enquanto que entre os conselheiros, houve similaridade de ocorrências entre aqueles que se encontravam no interior e fora dos limites e afirmaram ter havido variações, sejam elas boas ou ruins. Observam-se nos dois grupos amostrais diferentes pontos de vista sobre as alterações advindas com a criação do PNSHL,

se relacionando com os resultados da questão seguinte sobre o que achavam da criação da UC na localidade, questão C5 (Tabela 11). Neste caso, argumentaram-se prós e contras, o primeiro se referindo principalmente aos benefícios à preservação do MA (proibição do desmatamento, preservação das nascentes, proteção da fauna e flora, benefícios às gerações futuras, etc). O segundo tratou-se dos limites impostos ao plantio, falta de organização da UC e impedimento da instalação de empreendimentos na região, apontados principalmente pelos próprios conselheiros, indicando que esses se sentem atingidos negativamente com a instalação do PNSHL.

Tabela 10: Concepção dos entrevistados sobre a questão C4 sobre as mudanças cotidianas devida implantação do PNSHL.

COLONOS					CONSELHEIROS				
CATEGORIA	Sim	%	Não	%	CATEGORIA	Sim	%	Não	%
Dentro dos limites	0	0	1	5.5	Dentro dos Limites	2	17	0	0
Zona de Entorno	1	5.5	9	50	Zona de Entorno	4	33	4	33
	Qtdade		%			Qtdade		%	
Evasiva	2		11		Evasiva	0		0	
Mora a Pouco tempo	5		28		Mora a Pouco Tempo	2		17	
TOTAL	18		100		TOTAL	12		100	

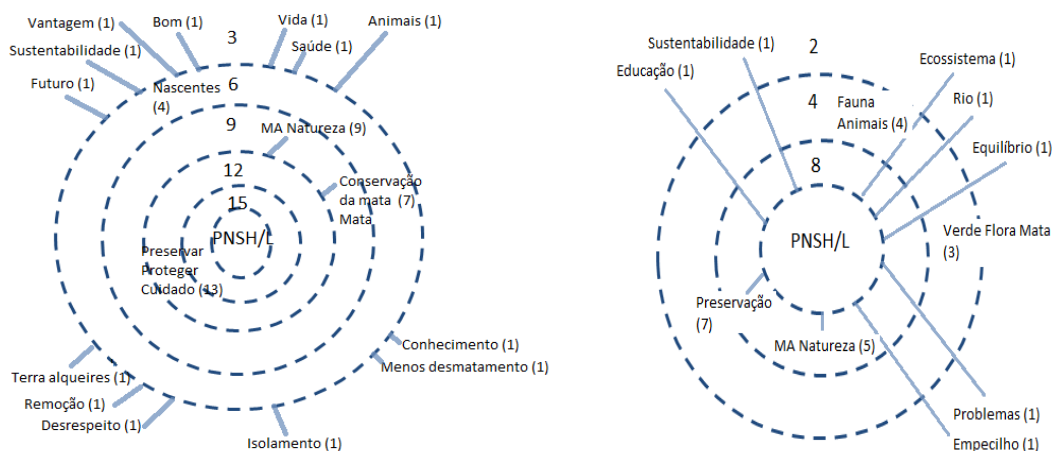
Fonte: Autoras, 2015.

Tabela 11: Concepção dos entrevistados sobre a questão C5 quanto à criação do PNSHL.

Categoria	Qtdade	%
Bom	24	80
Ruim	1	3
Sem Resposta	1	3
Indiferença	4	14
TOTAL	30	100

Fonte: Autoras, 2015

Figuras 3 a e b: Representação dos estereótipos associados pelos grupos amostrais (esq. – Colônia; dir. conselheiros) através do diagrama de constelações de atributos.



Fonte: as autoras, 2015.

A representação acima é analisada da seguinte forma. Cada quadrícula possui um número de referência em ordem crescente em direção ao centro (ex: 3,6,9). Esses números representam a ocorrência referente a cada palavra. Utiliza-se como exemplo a figura à esquerda. Uma variedade de palavras encontra-se na quadrícula inicial de número três, pois diversas palavras foram citadas uma única vez, como mostra o número um entre parênteses (1). Por sua vez na quadrícula de número seis, encontra-se palavras citadas de três a seis vezes onde, diferentemente da primeira quadrícula, observa-se menor número de palavras que possuem maiores números de ocorrência como “nascentes”, “meio ambiente/natureza”, “conservação da mata/mata” etc, citadas quatro, nove e sete vezes respectivamente. Reforçando como já exposto, todas as palavras estão ligadas ao centro pela expressão indutora “PNSHL”.

3.3.3. Relação Grupo Colonos e Grupo Conselheiros

Conforme a tabela 12, referente as respostas dos questionários aplicados às Colônias, as expressividades se voltam para o sentido de que 24% dos entrevistados disseram que a Colônia local não é importante, tais como representantes das Colônias Pereira e da Maria Luiza, esta última destaca-se por ser o ponto de menos tensão e relação com o Parque, como será demonstrado posteriormente. Outro dado se refere aos moradores que se sentem como “chave”

para auxiliar no cuidado e na conservação do local, identificados como agentes ambientais. Estes correspondem a 24%, e são pertencentes às Colônias da Quintilha, do Morro Inglês e Taunay, locais os quais possuem uma tensão expressiva com o Parque.

Tabela 12 – Referente a pergunta R1 – Qual a importância da Colônia Perante o PNSHL?

Categorias	Qtdade	%
Sem importância	4	24
Agentes Ambientais (a comunidade perante ela mesma)	4	24
Parque gera Segurança	2	12
Divulgação para aproximação (o parque para a comunidade)	1	5
Manejo, utilização dos recursos	1	5
Reservas (preservação)	1	5
Conscientizar para proteger	1	5
Colônia da visibilidade ao Parque	1	5
Lugar em que se vive (pertencimento ao local - animal + importante que homem)	1	5
Conservação de recursos "nascentes"	1	5
Evasiva	1	5
TOTAL	18	100

Fonte: Autoras, 2015

Nos questionários semi estruturados houve a ocorrência de perguntas que se inter-relacionavam na abrangência da relação entre a Colônia e o PNSHL. Sendo elas: a questão R2 sobre conhecimento de representante que tinha contato com a gestão do Parque, onde 55% não conhecem os representantes da sua própria Colônia. Na pergunta R3 sobre se algum representante ou técnico do Parque já havia entrado em contato com o entrevistado, 89% responderam que não. Com relação ao questionamento da R6 se o entrevistado já participou de alguma atividade promovida pelo Parque 77% disseram que não.

Tabela 13 – Relação das perguntas R2 “Conhece alguém que está em contato com o Parque?”, R3 – “Alguém do Parque ou representante já entrou em contato?” e R6 – “Se já participou de alguma atividade promovida pelo Parque?”.

Resposta/Pergunta	R2	%	R3	%	R6	%
NÃO	10	55	16	89	14	77
SIM	8	45	2	11	4	23
TOTAL	18	100	18	100	18	100

Fonte: Autoras, 2015

A pergunta R4 é relacionada com uma situação hipotética, onde os entrevistados ficassem sabendo que representantes/ técnicos do PNSHL estariam para visitar suas propriedades. Estes deveriam indicar o provável motivo para que ocorresse esta visita. Expressou-se nesta questão que 56% era para prestar informações, orientação ou esclarecimentos.

Tabela 14 – Referente a pergunta R4 que supõe uma situação de Visita do Parque na propriedade do entrevistado.

Categorias	Qtidade	%
1. Orientação, esclarecimento, informação	10	56
2. Vistoria	2	11
3. Multar (fiscalização+ proibição)	2	11
4. Não existe um motivo	2	11
5. Desocupação do local	1	5,5
6. Branco	1	5,5
TOTAL	18	100

Fonte: Autoras, 2015

Quando se relacionou a influência da UC exerce na atividade produtiva dos entrevistados (pergunta R5) a expressividade foi que 44% consideram que não há nenhuma influência em suas atividades.

Tabela 15 – Resultados da pergunta R5 referente a influência exercida pelo Parque nas atividades produtivas do entrevistado.

Categorias	Qtidade	%
0 : Nenhuma	8	44
1: Pouca	3	17
2: Média	3	17
3: Alta	3	17
4: Altíssima	1	5
TOTAL	18	100

Fonte: Autoras, 2015.

No âmbito dos questionários aplicados aos Conselheiros, na relação dos mesmos destaca-se a questão R1 cuja pergunta correspondente era se o Parque influencia na atividade produtiva do entrevistado, destes 58% afirmaram que não, conforme tabela 16.

Tabela 16- Relacionado a questão R1- Há influência do Parque na atividade produtiva?

Categoria	Qtidade	%
NÃO	7	58
SIM	4	34
Evasiva	1	8
TOTAL	12	100

Fonte: Autoras, 2015.

Quando se relaciona a situação hipotética de visita do Parque na propriedade do entrevistado, o dado que mais se expressou é que 75% crêem que a visita seria para orientar, esclarecer ou prestar informações sobre o PNSHL ou sobre o que pode ser feito ou não na região.

Tabela 17- Referente a pergunta R2 que supõe uma situação de Visita do Parque na Propriedade do entrevistado.

CATEGORIAS	Qtidade	%
1. Orientação, esclarecimento, informação	9	75
4. Vistoria - responsabilidades técnicas	1	8,3
5. Multar (fiscalização+ proibição)	1	8,3
6. Não existe um motivo	1	8,3
TOTAL	12	99,9

Fonte: Autoras, 2015.

Como está em análise a representatividade dos entrevistados perante o Conselho Consultivo do Parque, bem como em suas respectivas Colônias, coube perguntar se o conselheiro é informado das atividades e reuniões que o Parque promove (Questão R3). Destes, 92% disseram que sim. Pode-se relacionar esta questão a R5 que se volta para a frequência de participação dos conselheiros nas atividades. Destes, 83% sempre buscaram frequentar as reuniões do Conselho. Os que apontaram que nunca participaram são por não possuírem interesse, estes representantes da Colônia Santa Cruz e Maria Luiza.

Tabela 18- Relação das perguntas R3- Você é informado das atividades promovidas pelo Parque? e R5- Com que frequência você participa/participou de alguma atividade do Parque?

R3- Categoria	Qtidade	%	R5 - Categoria	Qtidade	%
Sim	11	92	Sempre	10	83
Não	1	8	Nunca	2	17
TOTAL	12	100	TOTAL	12	100

Fonte: Autoras, 2015.

Perante o Conselho Consultivo do PNSHL, os Conselheiros quando indagados da importância de sua participação nesta instância de consulta na questão R4, 83% sentem que são importantes. Este dado se reflete na pergunta R6, correspondente a se o Conselheiro sente-se “ouvido” nas reuniões e 67% disseram que sim, o que não acarreta necessariamente a representatividade perante as Colônias.

Tabela 19 – Relação das perguntas R4 que é se a sua participação é importante no Conselho Consultivo do Parque com a R6 que é se os conselheiros se sentem ouvidos durante as reuniões do Conselho.

R4 – Categorias	Qtdade	%	R6 – Categoria	Qtdade	%
Importante	10	83	SIM	8	67
Sem importância	2	17	NÃO	3	25
TOTAL	12	100	Nunca participou	1	8
			TOTAL	12	100

Fonte: Autoras, 2015.

Os conselheiros são líderes comunitários, por assumirem o papel perante a sociedade de representar o interesse comum das Colônias, estes devem exercer certas ações e atuações para de fato gerar a representatividade. A partir destas ações, é importante observar e questionar os entrevistados quais seriam as ações ou atuações que pudessem vir também a contribuir com a gestão do Parque. Em suma, 41% dos Conselheiros caracterizam como ação a participação deles perante a comunidade para com o Parque. As demais categorias apresentadas serão explanadas na seção “discussão”.

Tabela 20 – Referente a pergunta R7 – Quais ações/atuações exerce de modo a contribuir para com a Gestão do PNSHL.

Categorias	Qtdade	%
1. Participação perante a comunidade para com o Parque	5	41
2. Agentes Ambientais (a comunidade perante ela mesma)	2	17
3. Não tem ação /participação	2	17
4. Branco	2	17
5. Preservação	1	8
Total	12	100

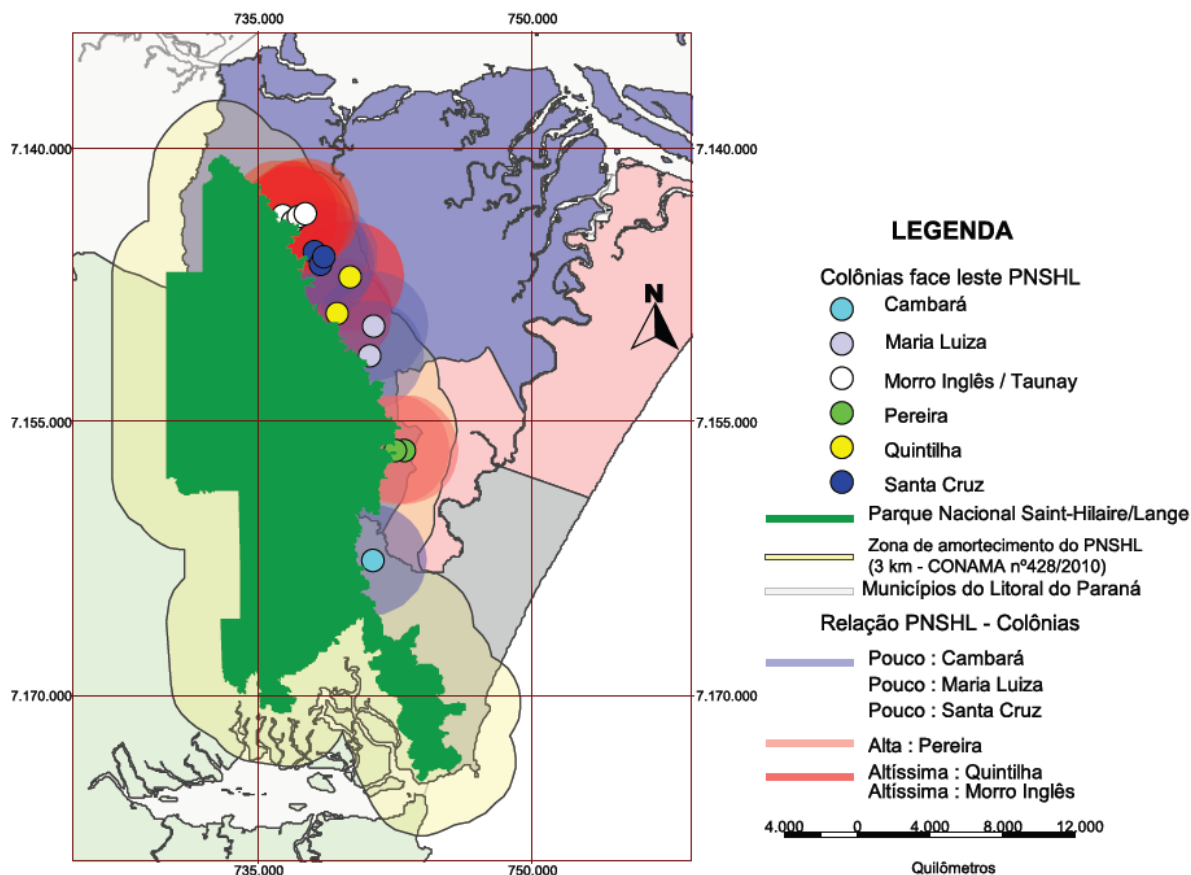
Fonte: Autoras, 2015.

3.3.4 Mapa das relações entre o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e sua ZE

Pode-se entender que a relação existente entre o sujeito e o lugar vivido ocorre mediante sentimentos que foram conquistados e incorporados no decorrer do tempo, conferindo assim ao lugar um importante componente de uma identidade (FADINI, 2005). Desta forma, as relações sociais ocorrem no campo da atuação dos atores, cujo território passa a ser o elemento de identidade, ou seja, firma as particularidades de um grupo ou indivíduo com seu espaço de vivência, e da ação política, onde esta relação torna-se mediada pelo espaço territorializado (SOUZA; PEDON, 2007). Esta apropriação e organização do espaço, com a criação das UC, acabam por gerar tensões e conflitos no local, visto que se perpassam e sobrepõem diversas territorialidades, com relações que vão além das noções de espaços geográficos, interpondo com os espaços de sentido, de ação de transformação na esfera pessoal, privada e coletiva (GUANAES, 2006). Conforme se pontuou sobre tensões e conflitos, há uma linha tênue entre eles. Pressupõe-se que a tensão antecede o conflito, utilizando conceitos de Zhouri & Laschefski (2010), que destacam o conflito a partir das diferentes práticas de apropriação do território.

De forma linear e simplificada, o “caminho” traçado pelas relações sociais, desde a ocupação do território, até o surgimento das consequências das sobreposições dos interesses políticos, econômicos, entre outros, nos territórios consequentemente nas territorialidades (as tensões e os conflitos). A Figura (5) a seguir mostra, o qual detém as relações existentes entre o PNSHL e as Colônias, e as possíveis tensões entre ambos. Este foi elaborado a partir dos dados obtidos das entrevistas com a coleta dos pontos nos locais onde ocorreram os questionamentos aos moradores, na área de influência do entorno do Parque, que se encontra num raio de 3 km, conforme a Resolução do CONAMA nº428/2010.

Figura 5 – Diagnóstico das relações entre o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e sua Zona Rural do Entorno da Face Leste



Elaboração: Autoras, 2015.

Para a compreensão das relações e tensões existentes entre o Parque e as Colônias, utiliza-se a classificação da tensão e da relação presente na figura 4, pouco, alta e altíssima com base nos dados obtidos. Em entrevista aos três Gestores da Unidade se observou que existe relação de proximidade entre Parque e as Colônias e existem tensões relacionadas com as fiscalizações e multas com aqueles moradores que se encontram nos limites internos do Parque.

Considerando-se primeiro a relação de proximidade entre o PNSHL e ZE através do Conselho, a Gestão coloca as dificuldades existentes principalmente na formação desta instância de consulta nos anos de 2007 e 2008. A Colônia cuja relação de proximidade é pouca ocorre por não ter havido adesão dos moradores nas reuniões que iriam escolher os representantes para participar do Conselho Consultivo, caso a Colônia Cambará. Nas Colônias Santa Cruz e Maria Luiza, segundo os dados obtidos da questão R1, os moradores da primeira pontuam que deve haver uma divulgação maior sobre o Parque para que haja uma aproximação e

para os moradores da segunda ocorre à falta de proximidade devido aos moradores não vêem a Colônia como importante para o PNSHL, o que acarreta que não existe minimamente uma relação entre ambos.

Quanto à classificação entre alta e altíssima para Pereira, Morro Inglês e Quintilha, perpassa-se por questões de fiscalização, multas e por ter algumas propriedades dentro dos limites, o que gera uma relação de tensão entre a Gestão e as Colônias. Conforme se explanou na entrevista com a Gestão do Parque, a Colônia Pereira e Quintilha são os pontos de maior dificuldade por ter medidas de fiscalização constantes, por conta dos sistemas de produção agrícola, da caça, da extração e de moradias irregulares. A tensão existente no Morro Inglês associa-se com a Nota Técnica nº 05 de 2013, que aborda a questão das mudanças dos limites, no tópico de análise das propriedades, com a desapropriação de alguns imóveis que se encontram em áreas de risco, medida esta recomendada pelo Ministério Público do Paraná, posteriormente aos desastres ambientais ocorridos no ano de 2011.

4 DISCUSSÃO

“Cada indivíduo enxerga e interpreta o meio ambiente de acordo com o seu próprio olhar, suas experiências prévias, expectativas e ansiedades. Ao considerar os níveis de percepção ambiental verifica-se que os grupos humanos possuem bagagens experienciais distintas devido a elementos como cultura, faixa etária, gênero, nível socioeconômico, entre outros, que revelam percepções sob diversas formas” (GONÇALVES; HOFFEL, 20012, p.4).

A tabulação das questões referentes à sessão 2 “concepção”, levando em consideração a teoria da RS, demonstrou que dentro do grupo “Colônia” há predominantemente uma concepção de MA voltada aos elementos naturais e manutenção desses, excluindo de certo modo a dimensão humana, tendo em vista as correntes de concepção com o MA destacadas pelos mesmos. Tal resultado foi apontado também nos estudos realizados por Gonçalves e Hoeffel (2012) onde se observou que os entrevistados relativizavam o termo MA principalmente à “natureza” e a presença de elementos naturais e o entorno. Por outro lado, os entrevistados do grupo “conselheiros” expuseram uma visão diferenciada destacando, a corrente “lugar em que se vive” intimamente ligada à localidade e vida cotidiana. Pode-se

afirmar que possivelmente a razão para disparidade nas concepções diagnosticadas seja devido à interação entre os conselheiros e a equipe gestora do PNSHL. Conforme Sauv  (2005, p. 1), as noções de identidade, cultura e natureza estão interligadas ao considerarmos “MA” como um emaranhado de fatores sociais, biofísicos, políticos, culturais, econ micos, todos indissociáveis e complementares, havendo necessidade de se reconstruir o sentimento de pertencimento à natureza, fluxo de vida de que participamos ativamente.

Paralelo   questão anterior, a importância atribuída ao MA também é diferenciada entre as amostras frente   questão C2. Enquanto que os colonos preocuparam-se com a conservação dos RN, os conselheiros ressaltaram o uso/manejo desses para sua subsistência, contudo em ambas amostras observou-se alta interdependência dos RN em razão da atividade produtiva que possuem.

De modo geral, na concepção dos entrevistados, a relação entre a UC e o MA se dá principalmente em razão da preservação deste último. Por outro lado, se faz necessário destacar algumas categorias de respostas que chamaram atenção das autoras. A) 10% dos entrevistados compreendem MA como de caráter institucional, ou seja, atribuíram como “um só” ou “mesma coisa” a relação entre aqueles, se referindo inclusive   atuação da polícia ambiental no local. Ao longo da aplicação das entrevistas eram frequentes os relatos de ocorrências policiais envolvendo-os ou a terceiros. Para ambos os grupos, consta-se a necessidade de esclarecimentos sobre os órgãos atuantes na área e as ações conjuntas desses com o Parque, de modo a eliminar qualquer tipo de concepção distorcida acerca da gestão da UC, pois geralmente na ZE o órgão responsável pelas ações de fiscalização corresponde principalmente ao IAP e polícia ambiental. B) Apenas 7% das respostas obtidas diziam respeito aos “benefícios diretos   população” relacionados à saúde, proteção contra deslizamentos⁹ e provisão de água para consumo. Com relação a este último, se observou certa preocupação com a falta de água além do reconhecimento da importância do PNSHL na manutenção dos corpos hídricos tendo em vista a divulgação da m dia sobre a alarmante crise de escassez pelo qual passam outras regiões do país, especialmente nos estados Sudeste e

⁹ Intensas chuvas, que ultrapassaram o dobro do estimado para o mês de março do ano de 2011, provocaram enchentes e deslizamentos nas cidades litorâneas do Paraná, atingindo principalmente Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba. Segundo o chefe do Parque, “A presença da mata garantiu que uma grande quantidade de água fosse absorvida lentamente, retardando os deslizamentos” (ICMBio, 2011).

Nordeste. E, por fim, C) Dentre as categorias surgiu a denominada “entender e se ajudar”, a qual expõe o anseio do entrevistado pela aproximação com a UC visando a conciliação e repasse de informações.

Percebe-se que a maior parte dos entrevistados tem consciência da importância da instalação do PNSHL, mas o compreende apenas sob a perspectiva ambiental, evidenciando uma concepção restrita deste e o MA, relacionando-o exclusivamente aos elementos bióticos. Reforça-se esta hipótese com a análise dos diagramas onde as maiores ocorrências de palavras atribuídas ao PNSHL correspondem à preservação do MA e recursos naturais. Indo além, foi visto que os pontos negativos levantados tratam-se daqueles que os prejudicam e consequentemente lhes recaem negativamente e os pontos positivos dizem respeito à longo prazo, quando cita-se “sustentabilidade”, “futuro”, etc.

Outra questão corresponde ao predomínio de respostas quanto à concordância da criação do Parque por aqueles que não foram atingidos pela UC pelo Parque, tendo sido apontadas ressalvas, ou seja, desde que não os atingisse negativamente. Assim, prevalece a RS de que a instalação dessas áreas, sobretudo embaraça aqueles que se encontram em suas cercanias, reflexo da base de criação de UC com baixa participação da população local.

O SNUC explana em seu Artigo 4º (BRASIL, 2000) quanto à elaboração de estudos técnicos preliminares, consultas públicas e demais procedimentos administrativos necessários à criação de UC, objetivando a garantia da participação da sociedade em todo o processo. Logo, as políticas ambientais brasileiras, embora teoricamente “integradoras”, apresentam lacunas que colocam sob questionamento sua efetividade, considerando esta “(...) não como “eficácia jurídica”, quanto à possibilidade de aplicação da norma, mas sim como “eficácia social”, isto é, quanto à sua real aplicação” (BARROSO, 2000 *apud* RODRIGUES, 2005, p. 19).

Nos apontamentos pertinentes às Colônias relacionados a seção “relação”, ressalta-se que na zona de entorno faz-se necessário haver uma maior aproximação entre a unidade gestora do Parque e as Colônias. O que se apontou no presente estudo, com os dados obtidos, é que a aproximação existente, não ocorre de uma forma satisfatória, como em alguns casos, que se teve a necessidade de aplicar multas antes do repasse de informações a respeito, como 16% (5) apontaram. Na região há a atuação de órgãos governamentais além do ICMBio, como a Polícia Ambiental, o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e a EMATER. Percebe-se que a

atuação da Polícia Ambiental, é bastante recorrente na região, como visto anteriormente na análise da concepção, principalmente nas Colônias Pereira, Quintilha, Morro Inglês e Taunay. Segundo Teixeira e Limont (2007) a atuação da Polícia Ambiental tem sido contundente em diversas regiões por se tratar normalmente de comunidades ribeirinhas, tradicionais, rurais, agricultoras o que demonstra a falta de sensibilidade pelos policiais perante a estes núcleos populacionais diferenciados, que não se encaixam no atual modelo capitalista. Este grupo de fiscalização encontra-se em processos de readequação para a aproximação com os núcleos populacionais do qual tratamos conforme se explanou na última reunião (abril/2015) do Conselho Consultivo do PNSHL.

Neste âmbito cabe salientar a respeito da promoção e incentivo ao desenvolvimento socioambiental das Colônias que o PNSHL busca promover através de parcerias com a Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, organizações não governamentais e órgãos públicos. No âmbito das ONG há a Motirõ que executa um trabalho junto às Colônias no que se refere ao desenvolvimento econômico das propriedades agrícolas empreendedoras. Nas instituições públicas atuantes estão a EMATER e a EMBRAPA, ambas perpassando os trabalhos voltados à agricultura. A primeira realiza o fomento dos processos de agricultura orgânica e a segunda refere-se ao manejo e cultivo do fruto da Palmeira Jussara, bem como dos sistemas agroflorestais.

Portanto, há neste território diversos atores atuantes, e a Gestão do Parque se faz para acompanhar, promover, incentivar, colaborar e fomentar os projetos das instituições voltadas à sustentabilidade, utilizando o conselho e o espaço promovido pelo mesmo, além de serem consideradas as demandas das comunidades. Na vertente do Conselho Consultivo os representantes de cada Colônia trazem as demandas pertinentes ao local. Neste âmbito, se cita como exemplo, proprietários externos aos limites da Unidade que foram auxiliados no preenchimento do formulário do cadastro ambiental rural (CAR). Outro exemplo é a orientação e incentivo junto aos proprietários para o manejo correto das trilhas na Colônia Quintilha. Desta forma, conforme se explanou na entrevista com a Gestão, estes se envolvem nas problemáticas locais diretamente ou indiretamente acionando os outros órgãos pertinentes para a promoção da melhoria da qualidade de vida desta população.

Correlacionando as mudanças que a criação do PNSHL trouxe para a região e a atividade produtiva, os moradores locais das Colônias e os Conselheiros relataram que estas ocorrem para aqueles que trabalham e retiram o sustento da lida com a terra, com o território e que exprimem sua identidade de cultura na forma de relacionar-se com o próximo, com o cultivo, a agricultura, etc. Embora, o que acaba por influenciar também a atividade produtiva e a representatividade trata-se da questão dos limites do Parque, sendo os moradores que se encontram dentro são 13% (4), incluindo três conselheiros. Este dado acarreta a percepção do questionamento se estes estão de fato representando a Colônia a qual fazem parte ou os seus próprios interesses.

É notório no presente estudo que a representatividade exercida pelos Conselheiros não atinge todos os envolvidos. Na questão que relacionava se o entrevistado conhecia algum representante da Colônia, 10 dos 18 entrevistados (55%) disseram que não, mas quando se relatava o nome do Conselheiro, se lembravam de quem se tratava, porém não sabiam do seu papel atuante no Conselho Consultivo. Os que afirmaram conhecer (8 dos 18) foi por se tratar de pessoa pertencente à família, ou em alguns casos pertencente ao comércio local. Outro dado relevante é que a Universidade exerce um papel de ator social perante as Colônias, pois é conhecida pelas atividades realizadas na região com os projetos de extensão. Outra observação a se fazer é o papel que as Prefeituras deveriam exercer, sendo estas componentes importantes, como um mediador das tensões locais existentes. Visto que um dos entrevistados, parte do corpo de trabalho da prefeitura de Matinhos, não detinha conhecimento sobre o Parque.

Conforme a revogada Instrução Normativa nº 11 de 2010, alterada pela citada de nº 09 de 2014, que trata do Conselho Consultivo das UC federais, artigo 3º Inciso II a respeito de “criar câmaras ou grupos temáticos para análise e encaminhamento de especificidades da unidade (...)”, se implementou uma câmara técnica para a realização da comunicação perante as comunidades do entorno. Ressalta-se que o Parque inclui quatro municípios e sua extensão territorial é altamente abrangente, o que influencia na comunicação. Este questionamento torna-se relevante por haver a necessidade, por parte dos moradores, de maiores esclarecimentos, orientações e informações sobre o PNSHL, bem como sobre suas ações e como devem agir para com o MA, o qual se evidenciou nas questões tanto na seção “concepção” quanto “relação” R4 dos Colonos e na R2 dos Conselheiros.

Conforme explanado sobre a representatividade dos Conselheiros, a visão dos atuantes na Gestão do Parque evidencia que desde o seu início até o momento atual houve uma evolução, cuja dificuldade é a de trazer os moradores para participar ativamente das atividades por conta do cotidiano e da atividade produtiva destes, pontuando que o diálogo entre as Colônias é esparso.

Os moradores da região, quando não há uma relação, acabam por não se sentirem parte do “TODO”, isto se demonstra quando questionados sobre se a Colônia a qual pertencem é importante perante o PNSHL, e surgiu que 24% não viam a Colônia como importante (Maria Luíza e Santa Cruz). Já outros 24%, das Colônias Quintilha, Morro Inglês e Taunay, se identificam na relação como possíveis “agentes ambientais”. Ou seja, através dos moradores da região estes poderiam atuar em conjunto com a Gestão do Parque.

Com relação aos conselheiros, os que se viam importantes nos processos de decisões, perante o Conselho Consultivo, correspondiam 83%. Destes, dois representantes um da Quintilha e outro do Morro Inglês não se sentiam mais pertencentes ao Conselho e demonstraram não ter vontade de continuar a representar as Colônias.

Tanto os moradores da Colônia como os Conselheiros da Unidade, são essenciais como agentes ambientais, caracterizados conforme a normativa revogada do IBAMA nº 66 de 2005, a qual tinha dentre os objetivos, capacitar os moradores abarcados nas UC com o intuito de auxiliar na gestão e manejo da área, bem como na fiscalização e resolução de possíveis conflitos.

CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO

Em observância às diferentes RS, se verifica que a aproximação do indivíduo com a equipe gestora, neste caso por meio das reuniões realizadas pelo Conselho Consultivo, influi diretamente nas concepções sobre MA e sobre o PNSHL. A unidade em questão é considerada por alguns um provedor de conhecimentos, da “educação”, tendo sido constatado o desejo dos entrevistados por informações sobre a UC e as limitações à que estão sujeitos. Ademais, como já explícito, se concluiu que a concepção predominante em torno da UC é estritamente ambiental, sendo feitas poucas referências aos benefícios que esta proporciona para os próprios e para a sociedade como um todo; além disso, se constatou a alta dependência

econômica dos colonos pelos recursos naturais. Portanto, as referidas informações corroboram com a necessidade de iniciativas futuras de aproximação da UC e sua ZE, tendo em vista o desconhecimento ou pouco conhecimento das relações no que tange MA – UC – ser humano.

Ações de educação ambiental (EA)¹⁰ acarretam processos de transformação no ambiente e na realidade social tornando as comunidades os principais sujeitos dessas mudanças, fortalecendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade socioambiental. Em vista disso, se recomenda a articulação de atividades de EA voltadas à ZE e integrantes do Conselho Consultivo pois essas ações se refletirão em uma atuação mais eficiente por parte do PNSHL além de contribuir para o alcance dos objetivos do mesmo quando os moradores compreenderem a essencialidade da UC frente à sua função socioambiental.

A oferta de oficinas com o objetivo de emponderar os conselheiros, sejam eles titulares ou suplentes, é uma alternativa de promover a EA, sob o pilar da construção coletiva dos conhecimentos a partir da experiência dos participantes, de forma a torná-los os principais sujeitos de transformação da realidade local. Podem ser adotados como instrumentos metodológicos: exposições dialogadas, exibição de vídeos, palestras, rodas de conversa, estudo dirigido de textos e trabalhos em grupo. Os temas trabalhados nas oficinas podem ser demandados pelos conselheiros e gestores da UC, com base nas necessidades de aprofundar o conhecimento sobre determinado tema. Este método foi aplicado pela Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI, 2012, p.62) onde se constatou que “As oficinas de capacitação constituíram-se em importantes momentos de integração entre os conselheiros e gestores das UC, como forma de aprofundar o entendimento do seu papel na gestão participativa”. Entre 2006 – 2007, o PNSHL executou um procedimento similar quanto à realização de reuniões com comunidades, setor público, privado e ONGs, para a definição dos representantes no Conselho Consultivo. Tendo em vista a renovação, em breve, do colegiado, abre-se uma oportunidade para a realização das oficinas ou cursos de EA, abrangendo todas as noções aqui expostas (relação “ser humano” e MA, PNSHL e suas funções

¹⁰ Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999), “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

ecológicas e sociais, importância do envolvimento local nas reuniões do Conselho, importância do papel dos conselheiros na gestão de ANP, contribuições dos mesmos para a realidade local), entre outros eixos temáticos pertinentes.

Conforme experiência relatada no documento publicado pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2003, p.33) intitulado “Educação ambiental e a gestão participativa em unidades de conservação”, a EA é o instrumento mais indicado para unir a gestão democrática às finalidades da UC e à especificidade socioambientais de cada localidade, sendo conduzida sob o comprometimento com a melhora da qualidade de vida, tratamento das problemáticas de maneira integrada, estímulo à manifestação espontânea de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural, e formação de processos educativos atrelado às atividades econômicas e sociais.

A metodologia utilizada no referido documento, podendo vir ser executada pelo PNSHL, se inicia com um roteiro dividido em quatro eixos principais, sendo estes:

Eixo 1) objetiva delinear as percepções iniciais “revelando identidades e diferenciações entre os grupos envolvidos, sendo consideradas no processo de educação ambiental”. Assim, os resultados alcançados no presente estudo podem servir como “pré indicadores” para a elaboração de um plano de ação de EA e gestão participativa. Nesta primeira etapa, junto aos Conselheiros e colonos poderiam ser realizadas rodas de conversa e formação de grupos conduzidos por perguntas norteadoras (Como a UC afeta a minha vida? Como a comunidade local interfere na UC? O que a comunidade faz diante das interferências na UC? O que pode ser feito para melhorar a participação na busca de soluções dos problemas ambientais que afetam a UC e seu entorno?) sendo expostas pelos participantes suas histórias, experiências e pontos de vista a fim de identificar as formas de participação de cada grupo no enfrentamento dos problemas ou aproveitamento do potencial ambiental da UC. As ideias resultantes desse processo são registradas e discutidas, se construindo um arcabouço de sugestões que seriam consideradas pela equipe gestora posteriormente.

Eixo 2) consiste no repasse de informação sobre a caracterização socioambiental da UC onde seriam feitas discussões frente às perguntas provocadoras formuladas pelos(as) dinamizadores(as) em função das características da UC.

Eixo 3) passo 1: ocorre através de uma “tempestade de ideias”, em torno da questão “qual o nosso “sonho” para a UC?”, sendo registradas todas as ideias sugeridas, por fim, seria sintetizado um sonho comum para a UC como objetivo maior a ser alcançado. Passo 2 e 3: Em grupos de cinco ou seis pessoas, tendo como pano de fundo o sonho comum definido anteriormente, se busca responder à “o que se espera do conselho nos próximos dois anos?”, onde cada grupo origina cinco objetivos, pensando como o conselho estará funcionando daqui a dois anos. Para cada objetivo proposto, os grupos definem até três ações para alcançá-lo. Em plenária, há a discussão e a compatibilização dos objetivos e das ações apresentadas. Passo 4: pelos gestores e conselheiros caberá a identificação das pessoas ou instituições-chaves responsáveis pelas ações e aquelas que necessitam ser envolvidas para concretude das mesmas. Ocorre neste momento identificar as estratégias de envolvimento necessárias ao engajamento das pessoas e instituições. Eixo 4) tomando como base as informações obtidas nas etapas anteriores seria sistematizado um plano de ação, que contemple desde a consolidação e viabilização do conselho, passando por seu funcionamento e capacitação dos membros, até questões relacionadas com os problemas da UC e da população. Depois de estruturado, o plano de ação é referendado coletivamente com tempo para leitura prévia, em reunião em que todos os pontos sejam amplamente discutidos, revistos e aprovados. Esse documento passará a ser o principal instrumento-guia das iniciativas dos(as) conselheiros(as) e do órgão ambiental, além de potencializar o espaço de exercício democrático e participativo que compõe o conselho (IBASE, 2003, p.39).

Conforme se reafirma os limites da UC abrangem quatro municípios e sua extensão territorial é vasta, condições que exigem um alto esforço frente à construção coletiva de um plano de ação. O PNSHL possui iniciativas em andamento que podem potencializar a EA na gestão da UC como o projeto de criação da futura associação “Amigos do Parque”, incentivando a participação de voluntários externos e internos, vindo a ser composta por pessoas interessadas em contribuir com a implementação do Parque.

A participação se torna um processo social de interação entre os diferentes atores envolvidos nos processos de manejo e cuidados para com o meio ambiente, é um exercício da cidadania, por demonstrar a responsabilidade que detém perante assuntos pertinentes. Esta noção nos trás a gestão participativa, que busca a

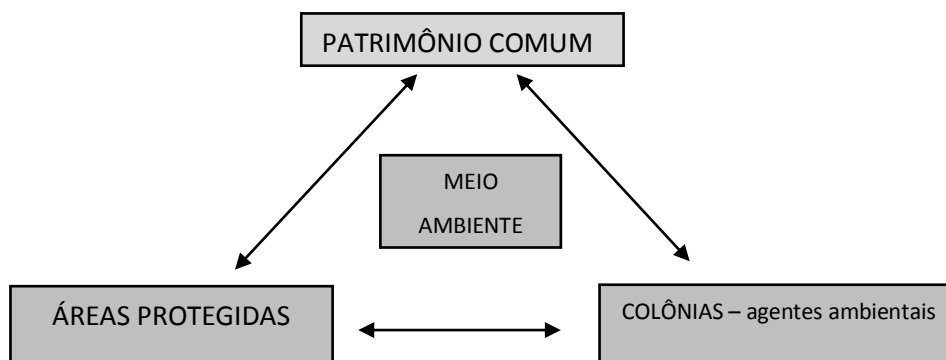
interação destes para a tomada de decisões, a qual se constrói com o grupo representante social e participativo da Gestão da Unidade.

A gestão participativa é um instrumento que corrobora com os principais objetivos dos conselhos gestores de Unidades de Conservação, tais como: a democratização da gestão do território (e de seus recursos naturais) e a resolução de potenciais conflitos socioambientais. Trata-se, conforme citado pelo autor Orlando (2015), de uma governança ambiental local, produto de um desempenho institucional dos espaços de decisão, alimentado pelas redes sociais que se alicerçam na confiança, cooperação e reciprocidade entre os envolvidos. Para esta gestão ocorrer destaca-se o modo como a informação circula entre os indivíduos e a divulgação para o público externo, ampliando assim as redes de atuação. Desta forma, o envolvimento da população local é um elemento que se faz necessário para a incorporação das estratégias de manejo na conservação (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Este processo gera o aprendizado dos envolvidos e possibilita a compreensão de sua responsabilidade perante os demais. No que tange o individual, os moradores passarão a atuar como agentes ambientais, monitorando e observando as possíveis ações ilegais na região do Parque, como a caça, extração e demais motivos pertinentes (CERATI; *et al*, 2011).

As ANP, para promover este vínculo com as Colônias, devem integrar e disseminar o “sentimento” de proteger e conservar o patrimônio comum que são os ambientes naturais, os quais todos, inclusive gerações futuras, irão desfrutar. O que nos trás a figura 5, que demonstra a ligação e o diálogo que se deve ter do patrimônio comum com as áreas protegidas e as Colônias como agentes ambientais, com o cerne da questão que é o Meio Ambiente, o meio ao qual fazemos parte, vivemos, necessitamos e devemos proteger e zelar por ser um Patrimônio Comum da Humanidade.

Figura 5 – Esquema de Inter-relação entre os temas Patrimônio, MA, AP e Colônias



Fonte: Autoras, 2015.

Cabe-se aqui pontuar acerca do Conselho Consultivo do Parque, por ser a principal instância de participação no que tange as Colônias. Este se dividiu em câmaras técnicas, havendo a pertinente para a comunicação perante ZE da Unidade, cujas metas de aproximação são: divulgação das ações do Parque bem como do Conselho perante a sociedade; desenvolver atividades de aproximação com o entorno em conjunto com a Universidade através dos cursos de Gestão Ambiental e Serviço Social; divulgar a unidade e dar mais visibilidade a esta. Para alcançar estas metas, se propõe alcançar no desenvolver das atividades, os representantes atuantes/líderes perante as comunidades de uma forma integral com que eles tenham maiores interesses de participação e representação. O que se percebe é que estes acabam por levar os seus interesses ao invés de focar nas Colônias propriamente ditas, além de deter o descrédito perante as atividades desenvolvidas, e se tratar em sua maioria (53%) de pessoas da terceira idade (faixa etária entre 50 a 80 anos), o que acarreta o problema intrínseco nas Colônias que é o afastamento da juventude local.

A aproximação pode ser através dos próprios moradores, tal como um que pontuou nas entrevistas que a Colônia Cambará “ajuda a dar visibilidade ao Parque” pelas atrações turísticas naturais que detém. Este é um potencial da Unidade, o que pode com a capacitação dos moradores os colocar no circuito de guias turísticos, gerando renda aos mesmos e aproximação com o local, acentuando o sentimento de pertencimento e de identidade para com a unidade e a natureza que fazem parte com o meio em que vivem, como eles mesmos colocaram.

Cita-se uma experiência vivenciada pela autora, em Belo Horizonte no Parque Estadual do Sumidouro - Lagoa Santa e Museu Peter Lund, onde foi possível notar o cuidado e carinho que os guias da comunidade detêm pelo Parque. Isso se atrela, conforme consta no Plano de Manejo da Unidade (IEF, 2010), ao tópico referente à aproximação desta para com o entorno. Destacou-se a integração e valorização das comunidades para trabalhar em conjunto ao Parque através do empoderamento das mesmas, com o intuito de aumentar o corpo da Gestão Participativa, e as promover como guias da região aproveitando tanto o potencial turístico e histórico cultural do Parque como também as colocando como agentes ambientais perante a sociedade. Explana-se que mesmo se tratando de locais

diferenciados com suas peculiaridades encaixa-se este exemplo de Manejo e Gestão para auxiliar na busca pelas ideias de como aproximar o entorno ao PNSHL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPÍTULO 1

BIGARELA, J. J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

DENES, F. **Caracterização da pressão antrópica no Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange (Litoral do Paraná)**. Dissertação de Mestrado da Pós Graduação de Geografia. UFPR, Curitiba, 2006.

KLUG, J. Imigração, colônias e colonos no Brasil imperial: uma análise das propostas de Abrantes, Decosterd e Tavares Bastos. *In*: TEDESCO, C. J.; **Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

LIMA, B.A. A sociedade Central de Imigração e o incentivo á colonização baseada na pequena propriedade rural. *In*: TEDESCO, C. J.; NEUMANN, M. R (org.). **Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

SANTOS, A. R. C. **A história da alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007.

SCHIMIDLIN, H. P. Um Pouco de História do Litoral e da Serra da Prata (PR). **Alta Montanha**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://altamontanha.com/Artigo/3466/um-pouco-de-historia-do-litoral-e-da-serra-da-prata-pr> Acesso em: Ago/2014.

TEDESCO, C. J.; NEUMANN, M. R. **Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

WITT, M. A. Os registros paroquiais da Lei de Terras como fonte de pesquisa para a história da imigração. *In*: TEDESCO, C. J.; NEUMANN, M. R (orgs.). **Colonos, Colônias e Colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013.

FREITAS, A. I. A geografia na construção de uma história ambiental brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**. Vol.22 (2):155-168. UFG, 2002.

CAPÍTULO 2

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. **Revista Comum**, v.10, nº 23, p. 122 – 138, 2004.

ARAÚJO, L. R. R.; SOUZA, M. R. Territorialidade, Conflitos Socioambientais e a Atividade Turística em Unidades de Conservação: uma discussão conceitual. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v.5. Aquidabã, 2012.

BARROS, D. A.; BORGES, L.A.C.; NASCIMENTO, G. de O.; PEREIRA, J.A.A.; REZENDE, J.L.P. de; SILVA, R.A. Breve Análise dos Instrumentos da Política de Gestão Ambiental Brasileira. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v.11, n. 22, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

CAVALCANTE, B. M. **A Criação De Unidades De Conservação: Da Gênese Do Ideal Aos Desafios Do Real**. Revista Multidisciplinar da UNIESP. Saber Acadêmico, nº10, 2010.

CONAMA. **Resolução nº 428 de 2010**. “Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências”.

DENES, F. **Caracterização da pressão antrópica no Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange (Litoral do Paraná)**. Dissertação de Mestrado da Pós Graduação de Geografia. UFPR, Curitiba, 2006.

DIEGUES, A.C. **A Educação Ambiental E A Questão das Áreas Naturais Protegidas**. S.d (sem data).

FONSECA, A.C. da.; MEDEIROS, R.P. **Gestão de Áreas Protegidas: Caderno de Referência**. Curitiba, 2011.

FREITAS, E.B.;BEROLDT, L.; PRINTES, R.C. Identificação dos conflitos pré-implantação do Parque Natural Municipal da Ronda, São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul, Brasil. In: PRINTES, R.C. **Gestão ambiental e negociação de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2012. P. 124-136.

GONÇALVES, N. de M.; HOEFFEL, J. L. de M. Percepção Ambiental Sobre Unidades de Conservação: Os conflitos. **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**. Rio de Janeiro, n.3, 2012.

HAESBAERT da COSTA, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ICMBIO. **Instrução normativa nº 9, de 5 de dezembro de 2014**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação federais.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Consulta por UC's**. 2015. Disponível < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc> > Acesso jul/2015.

PECCATIELLO, A.F.O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Curitiba, n. 24, 2011.

REIS, S. L. de A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Revista Acta Scientiarum. Human and Social Scienses**, v.33, nº 2, p.149-159, 2011.

RYLANDS, A.B.; BRANDON, K. Unidades de Conservação Brasileiras. **Revista Megadiversidade**, v.1, nº1, p.27-35, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Geografia em movimento. Editora Outras Expressões. São Paulo, 2013.

SÊGA, R. A. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Revista Anos 90**, n.13, 2000.

SILVA, J. A. P. A teoria das representações sociais na pesquisa interdisciplinar. **Revista de Ciências Humanas**, v.4, nº 2, p.537-541, 2010.

SOUZA, A. E.; PEDON, R. N. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SCHENINI, P.C.; COSTA, A.M.; CASARIN, V.W. Unidades de Conservação: Aspectos Históricos e sua Evolução. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. Florianópolis, 2014.

IUCN/WCPA. **National System Planning for Protected Areas**. 1998.

VITALLI, L. P; ZAKIA, B. J. M; DURIGAN, G. Considerações sobre a legislação correlativa à zona-tampão de unidades de conservação no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade** v XII, nº 1. Campinas, 2009.

WWF. **Unidades de Conservação: Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo, 2008.

WWF. **Efetividade da gestão das unidades de conservação federais do Brasil: resultados de 2010**. Brasília, 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010. p. 11 -31.

CAPÍTULO 3

AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de Natureza no Brasil – Potencialidades Paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 159p.

APREMAVI. **Gestão participativa em Unidades de Conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. Orgs: Edilaine Dick, Marcos Alexandre Danieli, Alanza Mara Zanini. 1. ed. Rio do Sul, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. In: Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Edições 70. São Paulo, 2011.

BRASIL. **Portaria n. 37, de 25 de junho de 2008**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.121, p.63, 26 jun. 2008. Seção 1, pt.1.

_____. **Decreto nº 99.274 de 1990**. Institui a Execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

_____. **Lei Federal nº 10.227 de 2001**. Cria o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange.

_____. **Decreto nº 23.793. Código Florestal**. Brasília, 1934.

_____. **SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Lei Federal nº 9.985. Brasília, 2000.

_____. **Lei nº10741 de 2003**. Dispõem sobre o Estatuto do Idoso. Art. 1º.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

CERATI, M. T.; MATHEUS, R. D.; SOUZA, Q. A.; BONOMO, R. D. M. Gestão participativa em uma unidade de conservação urbana: a busca de estratégias para conservar o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil. In: **Revista Interfacehs**, v. 6. nº 1. 2011.

ESTADES, N. P. Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.8, p. 25-41, jul/dez 2003. Editora UFPR.

FADINI, A. A. B. **Sustentabilidade e identidade local: pauta para um planejamento ambiental participativo em sub-bacias hidrográficas da região Bragantina**. Tese (doutorado) – UEP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2005

GUANAES, S. A. **“Meu Quintal não é Parque!” Populações Locais e Gestão Ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 2006.

IBGE. **Contagem da população**. Brasil, 2010. Disponível <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso abri / 2015.

ICMBIO. **Fortes chuvas no Paraná causam deslizamentos**. 2011. Disponível <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/359-fortes-chuvas-no-parana-causam-deslizamentos-de-terra.html>> Acesso jun/2015.

_____. **Nota Técnica nº5/2013/PNSHL**. Fixação dos limites definitivos do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (PNSHL), no Paraná – Processo 02001.005621/2003-56. Disponibilizado pela Gestão do PNSHL em 2015.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. **Instrução Normativa nº66 de 2005**. Dispõem sobre o programa de Agentes Ambientais.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas . **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Ibama (orgs) Carlos Frederico B. Loureiro, Marcus Azaziel, Nahyda Franca. Rio de Janeiro, 2003

IEF. Instituto Estadual de Florestas. **Plano de Manejo do Parque Estadual Sumidouro**. Minas Gerais, 2010.

MOTIRÔ. Sociedade Cooperativa. **Projeto SAL**. Disponível <<http://www.motiro.org/sobre-o-projeto-sal.html>> Acesso mar/2015.

ORLANDO, S. R. Limites e possibilidades da gestão participativa em Áreas de Proteção Ambiental: planejamento territorial e conflitos socioambientais. **Anais do 7º ANPPAS**, UNESP, 2015.

PNSH/L. **Conselho Consultivo do PNSHL tem nova composição**. Disponível em: <<https://parnasainthilairelange.wordpress.com/2012/05/>> Acesso jun/2015.

_____. **Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange**. Disponível <<http://parnasainthilairelange.wordpress.com/>> Acesso set./2014.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Efraim Rodrigues, 2001.

REPRESENTANTE. In: **Melhoramentos Mini Dicionário da Língua Portuguesa**. Companhia Melhoramentos. São Paulo, 1997.

RODRIGUES, J.E.R. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005**.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa**. 1997. Disponível: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev10/educacao_ambiental_e_desenvolvim.html> . Acesso: 30/05/2015.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

SALAZAR, N. S. A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade. **Revista em Debate**, Fascículo nº 7. Rio de Janeiro. Acesso em jun./2015.

SILVEIRA, C. T. da, A; OKA-FIORI, C. **Influências antrópicas no remanescente da Floresta Atlântica na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, Paraná.** Revista Eletrônica Geografar, v.2, n.1. Curitiba, PR, 2007.

TEIXEIRA, C.; LIMONTE, M. Possibilidades e limites da participação social na gestão de conflito ambiental: o conselho gestor em unidade de conservação. **Anais no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Recife, 2007.

VENDRUSCOLO, G.S.; CONFORTIN, A.C.; MANICA, K.; ARESI, D. Concepção e práticas de professores sobre educação ambiental em escolas públicas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** Rio Grande, v. 30, n.2, p. 49-63, 2013.

ANEXOS

Anexo 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido

Título do estudo: Diagnóstico das relações entre o Parque Nacional de Saint – Hilaire/ Lange e sua zona rural de entorno: uma contribuição para a gestão.

Prezado(a) Participante:

Somos estudantes do curso de gestão ambiental na Universidade Federal do Paraná e realizamos uma pesquisa sob supervisão da professora Dr. Juliana Quadros cujo objetivo é levantar um diagnóstico da relação existente entre o Parque Nacional *Saint Hilaire/Lange* e a área do entorno da face leste, através deste diagnóstico se busca contribuir para com a gestão. Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária e se decidir não participar tem total liberdade para fazê-lo. Sua participação nesta pesquisa consistirá na resposta as perguntas da entrevista referentes a assuntos abordados como meio ambiente, relações do Parque com o entorno, Colônias da PR 508, etc. Mesmo não havendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico. Portanto, as informações fornecidas por você terão privacidade garantida pelos pesquisadores e sua identidade será mantida em sigilo, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados. Qualquer dúvida sobre a pesquisa será esclarecida.

Atenciosamente,

Ciente e de acordo com o que foi exposto acima, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável

Matinhos, ____ de _____ de 2015.

Anexo 2 - Questionário semi estruturado “Conselheiros”

DATA: / / 2015

DADOS GERAIS:

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Cidade natal:

Escolaridade:

Atividade Produtiva:

Qual colônia representa:

Se encontra dentro dos limites do Parque: () sim () não

CONCEPÇÃO DO ENTREVISTADO

C1 – Nos dias de hoje, é muito comum ouvirmos o termo “meio ambiente”, “natureza”, “recursos ambientais”, “sustentabilidade”. Para você o que significa meio ambiente?

C2 – O meio ambiente tem alguma importância na sua vida ou nas suas atividades do dia-a-dia?

C3 – Você acredita que exista uma relação entre o meio ambiente e o Parque? Justifique sua resposta.

C4 – O Parque foi criado pela lei em 2001. Gostaríamos que nos contasse sobre o que mudou na sua vida? Em sua opinião, a mudança foi boa ou ruim?

C5 – O que você acha da criação do Parque?

C6 – Nos escreva três palavras que lhe vem à cabeça quando pensa no “Parque Nacional Saint - Hilaire / Lange”.

RELAÇÃO DO ENTREVISTADO COM O PNSHL

R1 – Qual é a influência que o Parque tem na sua atividade produtiva/ dia-a-dia?

R2 – Vamos supor uma situação, você fica sabendo que os técnicos do Parque irão até a sua propriedade amanhã. Em sua opinião qual seria o provável motivo para que essa visita ocorresse?

R3 – Você é informado das atividades promovidas pelo Parque? Se sim, como isso ocorre e com que frequência?

R4 – Em sua opinião, qual é a importância da sua participação no Conselho Consultivo?

R5 – Com que frequência você participa/participou de alguma atividade promovida pelo Parque?

R6 – Você se sente “ouvido” durante as reuniões do Conselho Consultivo do Parque?

R7 – Que ações/atuações você realiza de modo a contribuir para a gestão do Parque?

Anexo 3- Questionário semi estruturado: grupo “Colônias”

DATA: / / 2015

DADOS GERAIS:

Nome:

Idade:

Sexo:

Cidade natal:

Escolaridade:

Atividade produtiva:

Quanto tempo reside no local:

Local da Entrevista:

CONCEPÇÃO DO ENTREVISTADO SOBRE O PNSHL

C1 – Nos dias de hoje, é muito comum ouvirmos o termo “meio ambiente”, “natureza”, “recursos ambientais”, “sustentabilidade”. Para você o que significa meio ambiente?

C2 – O meio ambiente tem alguma importância na sua vida ou nas suas atividades do dia-a-dia? De que maneira você atua para contribuir com o meio ambiente?

C3 – Você acredita que exista uma relação entre o meio ambiente e o PNSHL? Justifique sua resposta.

C4 – O Parque foi criado pela lei em 2001. Gostaríamos que nos contasse sobre o que mudou na sua vida? Em sua opinião, a mudança foi boa ou ruim?

C5 – O que você acha da criação do Parque?

C6 – Nos escreva três palavras que lhe vem à cabeça quando pensa no “Parque Nacional Saint Hilaire/Lange”.

RELAÇÃO DO ENTREVISTADO COM O PNSHL

R1 – Na sua opinião, qual é a importância da Colônia perante ao Parque ?

R2 – Você conhece alguém que está em contato direto com o Parque?

R3– Algum representante/técnico do Parque entra ou já entrou em contato com você para prestar informações? Se sim, quais eram as informações?

R4 – Vamos supor uma situação, você fica sabendo que os técnicos do Parque virão até você amanhã. Qual seria o provável motivo para que essa visita ocorresse?

R5 – Qual é a influência que o Parque tem na sua atividade produtiva/ dia-a-dia? Avalie numa escala de 0 a 4 sendo 0: nenhuma, 1: pouca, 2: media, 3: alta, 4: altíssima.

R6 – Você já participou de alguma atividade promovida pelo Parque como oficinas, reuniões, entre outras?

ANEXO 4 – Memorial do Projeto de Aprendizagem (PA), Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Vivências Profissionais em Gestão Ambiental - Ana Paula Pereira Adriano.

4.1 Memorial dos Projetos de Aprendizagem

Nos primeiros semestres de curso, buscava trabalhar com a temática de gestão de resíduos sólidos (RS), o que resultou em três anos dedicados ao tema. Assim, quando solicitada uma carta de intenção de PA no primeiro período, em duas palavras “resíduos urbanos” se intitulava a minha pretensão de fazer a cidade de Matinhos um estudo de caso para a gestão desses. Com a busca de embasamento teórico, vi que meu objetivo era abrangente para uma pessoa realiza-lo e que o tema envolvia muitas variáveis a serem consideradas. Logo, resolvi afunilar o que tinha estabelecido e comecei a estudar especificamente sobre os resíduos da construção civil (RCC) no ano seguinte (2012) passando o PA a se chamar “Resíduos da Construção Civil: estudo de caso da cidade de Matinhos, PR”. Mas, no fim desse ano, encontrei uma tese de mestrado sobre a gestão dos RCC em três municípios do litoral, incluindo o meu local de estudo. Em vista disso, me vi numa posição de reformulação de projeto e como na época, era voluntária em um projeto de extensão, o qual consistia em implantação de hortas escolares, redefini meus objetivos e voltei ao ponto de partida em 2013 (4º período), fazendo surgir o projeto “Levantamento dos Resíduos Sólidos Gerados em Escolas Municipais de Matinhos – PR” que por sugestão do orientador na época, foi submetido ao comitê técnico de Iniciação Científica da UFPR e aceito no fim do processo de seleção em meados do mês de julho/2013. Ao longo de um ano (agosto 2013 – agosto 2014), nos períodos 5º e 6º executei exclusivamente essa pesquisa, que por sua vez me rendeu ótimos resultados com a classificação em primeiro lugar pela banca examinadora da UFPR setor litoral no 6º SIEPE (Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão – 22º EVINCI). Com a finalização da pesquisa, no módulo de “desenvolvimento de projetos ambientais”, ofertado no 7º período, me propus a executar ações de continuidade sendo elaborado outro projeto chamado “Formação continuada para a comunidade escolar municipal visando à elaboração de planos de gestão de RS escolares”. Contudo como havia pouco tempo para finalização do curso (seis – oito meses) abri mão deste por acreditar que em pouco tempo não conseguiria executá-lo e finalizá-lo. Mas paralelo ao módulo citado, havia outro módulo “Manejo de áreas

protegidas” no qual foi exigida a elaboração de um projeto para submissão a edital de financiamento na área da gestão de Unidades de Conservação e a partir da proposta de obtenção de nota parcial, foi dado início à elaboração do presente trabalho de Conclusão de Curso.

4.2 Memorial das Interações Culturais e Humanísticas (ICH)

No primeiro período a ICH da qual participei tratava-se de “projetos ambientais”. Nesta tive meu primeiro contato com editais de financiamento de projetos e respectivos termos de referências. Em seguida me interessei pela ICH de “ecotoxicologia” a qual relativizava o perigo das substâncias xenobióticas (produzidas pelo homem) na saúde humana. No período seguinte, fiz a ICH de “metodologia científica”, pois sabendo que nosso Projeto Político Pedagógico trabalha essencialmente com a elaboração de projetos, a ICH contribuiu na elaboração do PA, TCC e demais artigos científicos que escrevi ao longo do curso. A ICH a qual me envolvi no quarto período foi “café com documentário”, onde víamos filmes ou documentários sobre temáticas que diziam respeito ao curso. Através desta simples atividade, participei de inúmeros debates sobre os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente. Nos dois períodos seguintes, participei novamente da ICH de “metodologia científica” pois foi o período em que realizei a pesquisa de iniciação científica e naquele espaço meus questionamentos seriam atendidos, assim a ICH interveio positivamente na concretude dos projetos de minha autoria. A penúltima ICH se chamava “saúde e ambiente”, a escolhi visto que já havia tido aulas sobre as relações entre saúde e ambiente as quais muito me agradaram. Minha contribuição na ICH ocorreu através de uma apresentação sobre a gestão de resíduos sólidos como fomento de discussão tendo em vista que recentemente havia sido aprovado o plano de gerenciamento de resíduos da cidade de Matinhos. Por fim, mas não menos importante, fiz parte da ICH “articulação linguístico cultural para a integração do Mercosul” que constituiu um espaço de transmissão de conhecimentos e debates sobre a integração dos países que compõem aquela instância. A escolha desta ICH veio pela oportunidade de realizar minhas vivências profissionais na Colômbia por meio de uma bolsa de estudos concedida no final do ano passado (2014).

4.3 Relatório da Vivência Profissional em Gestão Ambiental

A vivência profissional foi realizada através do estágio não obrigatório na Secretária Municipal de Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba com durabilidade de quatro meses (março – julho/2015). As atividades de minha competência eram basicamente a participação na elaboração de relatórios e pareceres técnicos referentes às atividades desenvolvidas no setor; digitação de dados em sistema informatizado de monitoramento ambiental e de controle de resíduos sólidos; acompanhamento das análises dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos; entre outras.

Coincidentemente, me inseri no setor da SMMA que tratava especificamente sobre a temática com que tive mais contato ao longo do curso. Como pôde ser visto, as atividades constituíam-se em suma sobre a gestão de resíduos sólidos e a vivência profissional, por sua vez me possibilitou conhecer na prática sobre o que vinha trabalhando em maior parte na teoria. Sugeri em meus estudos, a estruturação de planos de gerenciamento de resíduos sólidos, mas somente no estágio tive conhecimento do processo e os critérios de elaboração dos mesmos.

Este período de aprendizado também contemplou atividades relativas à demais instrumentos como relatório ambiental prévio (RAP) instrumento específico da política ambiental de Curitiba; autorização ambiental de funcionamento (AFU) e licenciamento ambiental; termos de referência para instalação de empreendimentos; normativas e adequações ambientais para empreendimentos que possuíam sistemas de armazenamento subterrâneo de combustíveis; estudo de diagnóstico de passivo ambiental; contaminação ambiental e tratamento de lixiviados em aterros sanitários.

Ao fazer uma avaliação do que esta experiência representou para a minha formação acadêmica, chego à conclusão de que suas contribuições são incontáveis com base em todo o conhecimento que obtive me fortalecendo pessoal e profissionalmente. Muitos “pré conceitos” transformaram – se se comparados ao momento de início e finalização do estágio e acredito que esta experiência influenciará positivamente na gestora ambiental que serei futuramente. Aproveito este espaço para agradecer toda a atenção e suporte concedido pelo até então supervisor Marco César R. Corsico, e que deste período que possuía data de finalização reste uma amizade sem prazo de validade. Serei eternamente grata.

ANEXO 5 – Memorial do Projeto de Aprendizagem (PA), Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e Vivências Profissionais em Gestão Ambiental – Larissa Aparecida de Paula Campos.

5.1. Memorial dos Projetos de Aprendizagem

Quando se entra na Universidade não se compreende ao certo o que é um projeto de aprendizagem (PA), porém o próprio nome traz a noção do que seria, um processo ao qual se aprende sobre assuntos pertinentes a sua formação. No meu primeiro e segundo período, busquei temas que me identificava e detinha curiosidade de aprender mais sobre. Desta forma, escolhi para pesquisar e analisar a Climatologia do Litoral do Paraná com o intuito de compreender os desastres ambientais ocorridos em Março do ano de 2011, com a mediação do Professor Marcos Vasconcelos Gernet, o qual resultou em uma publicação no Congresso da Unisinos. Neste projeto utilizei a estação meteorológica existente no Setor ao qual se encontrava em desuso, para observar as mudanças climáticas recorrentes no Litoral do Paraná. Porém, com a saída do professor acabei optando por trocar o Projeto e na vontade de conhecer e desbravar novas pesquisas, porém sem deixar de lado os conhecimentos obtidos no 3º Período parti para análise dos impactos causados pelos deslizamentos de terra sobre a Fauna, no Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, adquirindo com esse estudo uma visão ampla dos desastres ambientais e da fauna local, tendo como mediadora a professora Juliana Quadros.

No quarto período por estar realizando um projeto paralelo ao PA no Programa de Educação Tutorial o qual fui bolsista desde o 2º Período de curso até o 8º Período, cujo se tinha a necessidade de ter um projeto de pesquisa, e o meu voltava-se para a questão da análise dos Conflitos Socioambientais. Com isso passei a estudar sobre os conflitos existentes entre as pisciculturas e a *Lontra longicaudis*, no entorno do Parque Nacional Saint-Hillarie Lange – PR.

Cabe-se neste momento colocar as minhas experiências vivenciadas no Programa de Educação Tutorial (PET) Litoral Social da professora Mayra Taiza Sulzbach, o qual foi responsável por influenciar em diversos momentos as minhas pesquisas acadêmicas do projeto de aprendizagem. Neste programa desenvolvia a extensão, a pesquisa e o ensino, corroborando para publicações, participações em eventos e experiências pertinentes e enriquecedoras para a minha formação. Neste Programa realizava uma pesquisa em conjunto com a professora Rosilene

Komarcheski, os quais analisavam os conflitos socioambientais territoriais no município de Guaraqueçaba. O que acarretou no meu ensejo de conhecer os conflitos ocorridos no entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. Como minha orientadora até o presente momento, professora Juliana Quadros desenvolvia atividades sobre as Lontras na região optei por estudar sobre as pisciculturas e as Lontras e os conflitos entre elas. Acabei percebendo que o contexto ao qual sempre trabalhei no PET era voltado mais para a área social e detinha dentro do meu coração o “gostar” pela história, por isso optei no 5º, 6º e 7º Período realizar um resgate histórico das Comunidades do entorno da Rodovia Alexandra Matinhos - PR 508 – Zona Rural de Paranaguá, o qual foi publicado no evento 7º ANPPAS de pós-graduação em ambiente e sociedade.

A partir desta publicação do resgate histórico das Colônias e no ensejo de puxar a análise para a observação não só do social mais também do ambiental no módulo manejo de áreas naturais protegidas no 7º Período, a partir de um trabalho pertinente ao conteúdo administrado, vi a possibilidade de em conjunto com minha amiga de profissão, de curso e de vida, realizar o Trabalho de Conclusão de Curso sobre as relações existentes entre o Parque Nacional de Saint- Hilaire/Lange e sua zona rural de entorno, no intuito de elaborar um diagnóstico para contribuir com a Gestão da Unidade.

Todos os trabalhos, pesquisas e estudos realizados ao longo do curso me moldaram a ser a Gestora Ambiental ao qual me identifico, por observar os diferentes olhares do meio ambiente, do social, do econômico, tornando-me uma Gestora de visão holística, notando-se que nada é indissociável tudo está intrinsecamente ligado.

5.2. Memorial das Interações Culturais e Humanísticas (ICH)

Os espaços promovidos pela Universidade e a grade curricular do curso, tais como interações culturais e humanísticas, projetos de aprendizagem, projetos de extensão e vivências profissionais, estabelecem um aprendizado enriquecedor quando se sabe usufruir destes espaços.

As Interações culturais e humanísticas (ICH) serviram como um alicerce para a minha formação enquanto Gestora Ambiental atuante na esfera social e ambiental promovendo a interdisciplinaridade e visão holística neste âmbito. No primeiro período o ICH ocorreu ministrado pela professora Liliane Tiepolo,

promovido pelos estudantes da turma de Gestão Ambiental 2008 voltado para Projetos Ambientais, aonde se visou analisar e aprender como elaborar os projetos para concorrer a editais. Este trouxe um auxílio para utilizar os conhecimentos no módulo de mesmo nome no 7º Período do curso.

No segundo período o ICH ao qual participei voltou-se para a questão da Saúde e do Meio Ambiente, ministrado pela professora Livia, este foram assistidos documentários acerca do tema e posteriores discussões para interligar estas áreas, que são uma frente de atuação do Gestor Ambiental. Remato ao sétimo período ao qual participei do ICH de mesma frente temática, porém ministrado pelo professor Daniel Canavese, que por se tratar em épocas de eleições no Brasil além de promover seminários voltados para a Saúde e Ambiental buscou-se conhecer as propostas dos candidatos políticos com relação a temática do ICH. Ambos, junto com o módulo Saúde e Ambiente no quinto período, me trouxeram o arcabouço ao qual utilizo no meu período de Vivências Profissionais ocorrer na área de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde.

Após um ano de curso vi a necessidade de me aprofundar no que tange a história do Litoral do Paraná, para isto realizei no terceiro período o ICH Caminhando pela História do Litoral, ministrado pelo professor Marcos e Rosilene. Este aprofundamento na história foi o início da influência para a realização de pesquisas posteriores sobre o Histórico de Guaraqueçaba e das Colônias ao longo da Rodovia PR 508. No 4º Período trouxe a luz o café com documentário aonde se buscou integrar temas ambientais e café de integração entre os participantes, promovendo a visão acerca do que ocorre no mundo.

O ICH do 5º Período veio com o intuito de preencher uma lacuna no sentido da prática da lida com a terra, por isso participei do Reflorestar com o professor Edimilson. Neste desenvolveu-se um projeto de replantar espécies nativas e frutíferas a beira do Canal da Avenida Paraná, sendo necessários estudos e pesquisa para se avaliar quais espécies poderiam ser plantadas.

No sexto período participei do ICH ministrado pelo professor Eduardo sobre Direitos Humanos, paralelo ao módulo do curso Direito, Cultura e Meio Ambiente. Neste, teve a análise sobre o que é direitos humanos, filmes e documentários acerca do tema, e reflexões sobre assuntos polêmicos perante a sociedade, tais como: maioria penal, direitos dos povos tradicionais, entre outros. Após este trajeto de interações onde perpasssei por assuntos que contribuíram para a minha formação,

participei do último ICH da grade do curso voltado para a Educação Emancipatória. Cujos temas discutidos foram a emancipação da vida, liberdade, educação como forma de emancipação, ou seja, temas que se escuta no setor Litoral todo o período que se passa estudando nela, porém tenho apenas agora o amadurecimento necessário para a compreensão acerca do que seria Emancipação e este ICH nos faz refletir sobre.

5.3. Relatório das Vivências Profissionais em Gestão Ambiental

As vivências profissionais ocorrem ao longo da sua vida acadêmica, foi através da minha formação que obtive os conhecimentos e amadurecimento necessários para aproveitar-las. Creio que minhas vivências acontecem desde o 2º Período de curso quando inicia a bolsa no PET Litoral Social, o qual me moldou, além da grade curricular do curso, sendo através desta bolsa que desenvolvi projetos os quais me alicerçaram na minha formação, sendo eles: Educação Ambiental no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Paranaguá na comunidade Santa Maria; desenvolvimento de atividades para com os idosos do Patronato de Antonina; Associativismo com as Artesãs de Antonina e por último a pesquisa voltada para a análise das perspectivas de trabalho, de futuro dos jovens do Litoral do Paraná. Todos estes projetos realizados pelo PET e em conjunto com PA, ICH e Módulos me mostraram o quanto minha formação perpassou por diferentes temas, porém com os mesmos propósitos o de conhecer e se envolver com o Litoral do Paraná.

Como se trata de um relatório das vivências profissionais em Gestão Ambiental trago aqui agora o período ao qual estou estagiando na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba (Janeiro a Julho de 2015), ao qual desenvolvo atividades voltadas para resíduos de serviços de saúde, análise de planos e vistorias nos locais. Neste estágio estou interligando os módulos e ICH de saúde e ambiente, bem como o módulo optativo de resíduos sólidos. Obtive os conhecimentos de como elaborar e analisar um Plano de Gerenciamento de Resíduos tanto dos serviços de saúde, quanto dos resíduos sólidos e dos relatórios ambientais prévios que antecedem um licenciamento, além de auxiliar na análise de processos referentes a irregularidades e autos de infração para com o meio ambiente. Estas vivências se interligam com a minha formação que por mais que não detinha conhecimentos aprofundados acerca dos resíduos de serviços saúde

sempre perpasssei por diversos temas, e o enriquecedor do processo estar no aprender, neste intuito a minha supervisora busca me auxiliar e ensinar o que se faz pertinente sobre estes temas, o que acaba por preencher e incrementar a minha formação acadêmica. Estou tendo a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos na área dos serviços de saúde e nos seus meandros, além de conhecer como funciona um órgão da esfera pública, o que irá auxiliar posteriormente na minha vida profissional.